



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FABRÍCIO MARTINS BALIEIRO

**PROPOSTA LEXICOGRÁFICA PARA UM VOCABULÁRIO  
DO AÇAÍ EM LIBRAS**

---

Londrina  
2024

FABRICIO MARTINS BALIEIRO

**PROPOSTA LEXICOGRÁFICA PARA UM VOCABULÁRIO  
DO AÇAÍ EM LIBRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Goes de Andrade.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL.

F126p Balieiro, Fabrício Martins Balieiro.

PROPOSTA LEXICOGRÁFICA PARA UM VOCABULÁRIO DO  
AÇAÍ EM

LIBRAS / Fabrício Martins Balieiro Balieiro. - Londrina,  
2024. 125 f.: il.

Orientador: Otávio Goes de Andrade.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Língua de Sinais - Tese. 2. Metalexiconografia - Tese. 3. Variação Linguística - Tese. 4. Vocabulário do Açaí em Libras - Tese. I. Andrade, Otávio Goes de . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

FABRÍCIO MARTINS BALIEIRO

## **PROPOSTA LEXICOGRÁFICA PARA UM VOCABULÁRIO DO AÇAÍ EM LIBRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Otávio Goes de Andrade.  
Orientador  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri  
Durão  
Universidade Federal de Santa Catarina -  
UFSC

---

Prof. Dr. Marcelo Silveira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 09 de abril de 2024.

Dedico este trabalho à minha avó, Maria Martins Leão (*in memoriam*), a pessoa que mais amei na minha vida. Ela foi a minha fortaleza, me ensinou a ter empatia pelo próximo, despertando em mim o interesse de ir em busca de conhecimentos para ajudar a melhorar a vida das pessoas, em especial a comunidade surda marajoara, que tanto necessita de valorização e inclusão em nossa sociedade.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca uma grande realização na minha vida acadêmica, profissional e pessoal, pois todas as experiências que eu vivi durante esse processo me transformaram de maneira positiva. Essa caminhada eu não caminhei sozinho, por isso eu gostaria de agradecer.

Agradeço, primeiramente, a Deus, Jeová, pelo dom da fortaleza a mim concedido para que eu pudesse vencer todas as barreiras e dificuldades. Na correria do dia a dia, conseguir conciliar todos os compromissos foi um milagre divino.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina e toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL, pela formação acadêmica que recebi durante este curso de Mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Otávio Goes de Andrade, meu orientador neste trabalho, que sempre esteve ao meu lado com muita atenção e presteza. Sem suas grandiosas orientações, não seria possível chegar à conclusão deste sonho. Muito obrigado, professor e amigo.

Agradeço, também, à Prof. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão e ao Prof. Dr. Marcelo Silveira, que fizeram parte da minha banca de qualificação. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento de minha pesquisa. Aproveito o momento para agradecer nominalmente a todos os professores e professoras que ao longo de dois anos possibilitaram ricos e diversos conhecimentos. Esses (as) foram: Prof<sup>a</sup>. Dra. Andréia Cunha Malheiros Santana, Prof<sup>a</sup>. Dra. Cláudia Cristina Ferreira, Prof<sup>a</sup>. Dra. Dircel Aparecida Kailer, Prof. Dr. Gabriel Antunes de Araújo, Prof<sup>a</sup>. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas, Prof<sup>a</sup>. Dra. Juliana Reichert Assunção Tonelli, Prof. Dr. Marcelo Silveira, Prof. Dr. Niel Armstrong Franco de Oliveira, Prof. Dr. Otávio Goes de Andrade, Prof. Dr. Rafael Andrade Moreira e Prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia Lopes Cristovão. Cada um (a) foi fundamental na construção deste homem pesquisador. Muito obrigado, professores (as).

Em nome de minha mãe, Darcy Martins Balieiro, quero agradecer a todos de minha família, pelo o apoio, compreensão e ajuda que me deram. Aproveito, também, para agradecer a Yasmin Kevely e sua família pelo incentivo e pelas vibrações positivas transmitidas em todos os percursos deste curso.

Não posso deixar de agradecer a espetacular turma de Mestrado – 2022, do PPGEL/UEL. Em nome de Douglas Afonso e Laura Marques quero agradecer a todos (as) os (as) meus/ minhas colegas de turma. O apoio intelectual e emocional dado por cada um (a) motivou-me a continuar e a chegar ao fim deste curso de mestrado.

Aos meus colegas de profissão, Marcos Luiz dos Santos Brabo e Lucas Barbosa Martins, Tradutores e Intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa, doravante denominados TILSP, que tornaram linguisticamente acessível aos surdos presentes o momento de defesa desta dissertação, possibilitando a compreensão dos debates realizados pela banca de defesa.

Por fim, agradeço a todos os colaboradores deste trabalho, que doaram seu tempo para responder ao questionário, em especial à comunidade surda marajoara, professores, tradutores, intérpretes. Tenham certeza de que os frutos desta pesquisa serão fundamentais para a valorização da Libras e da Cultura Surda, em especial a cultura marajoara.

“Que nossas mãos sejam instrumentos de libertação.” Fabrício Martins Balieiro, 03 de Maio de 2024.

“A Língua de Sinais anula a deficiência e permite que os surdos constituam então uma comunidade Linguística minoritária diferente e não um desvio da normalidade” (Skliar *apud* Lima, 2014, p. 97).

## RESUMO

BALIEIRO, Fabrício Martins. **Proposta lexicográfica para um vocabulário do açaí em Libras**. 2024. 125f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar as variantes dos sinais que correspondem a: *açaí, açaízal, açaí azedo, açaí branco, açaí fino, açaí grosso, apanhar açaí, bateadeira de açaí, churamba, debulhar açaí, peconheiro, roer açaí, servir açaí*. Para tanto, traçamos um panorama histórico da Libras e tecemos uma discussão sobre a construção de metodologias para a inclusão dos surdos no âmbito educacional, também discorremos sobre as características do açaí como alimento e como recurso econômico. O Arcabouço teórico está ancorado na Sociolinguística e na Metalexigrafia. A metodologia é composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A abordagem da pesquisa é qualitativa e o instrumento de coleta de dados foi um questionário, aplicado via *Google Forms*, para Professores de Libras, Tradutores Intérpretes de Libras e Comunidade surda em geral, residentes no Arquipélago do Marajó. Como resultado do cotejo da literatura pesquisada com a análise dos dados coletados, apresentamos uma proposta lexicográfica de sinais para a constituição de um vocabulário do açaí marajoara em Libras.

**Palavras-chave:** Metalexigrafia; Língua de Sinais; Variação Linguística.

## ABSTRACT

BALIEIRO, Fabrício Martins. **LEXICOGRAPHIC PROPOSAL FOR A VOCABULARY OF AÇAÍ IN LIBRAS**. 2024. 125f. Master's Dissertation – Postgraduate Plan in Language Studies at the State University of Londrina, Londrina, 2024.

This research aims to verify the variants of signs corresponding to: açaí, açaizal (açaí grove), sour açaí, white açaí, thin açaí, thick açaí, harvesting açaí, açaí blender, churamba, threshing açaí, peconheiro (açaí harvester), gnawing açaí, serving açaí. To this end, we provide a historical overview of Brazilian Sign Language (Libras) and discuss the construction of methodologies for the inclusion of the deaf in the educational field. We also discuss the characteristics of açaí as a food and as an economic resource. The theoretical framework is anchored in Sociolinguistics and Metalexigraphy. The methodology comprises bibliographic, documentary, and field research. The research approach is qualitative, and the data collection instrument was a questionnaire, applied via Google Forms, to Libras teachers, Libras translators and interpreters, and the deaf community in general, residing in the Marajó Archipelago. As a result of the comparison between the researched literature and the analysis of the collected data, we present a lexicographic proposal of signs for the constitution of a vocabulary of Marajoara açaí in Libras.

**Keywords:** Metalexigraphy; Sign Language; Linguistic Variation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>APTGILS</b>	Associação Paraense de Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais
<b>ASAN</b>	Associação dos Surdos de Ananindeua
<b>ASBEL</b>	Associação dos Surdos de Belém
<b>ASBRE</b>	Associação dos Surdos de Breves
<b>ASCAST</b>	Associação dos Surdos de Castanhal
<b>ASPA</b>	Associação dos Surdos de Paragominas
<b>ASURP</b>	Associação dos Surdos de Parauapebas
<b>ASUSANT</b>	Associação dos Surdos de Santarém
<b>ASTILP</b>	Associação dos Tradutores Intérpretes de Libras do Pará
<b>CAEE</b>	Centro de Atendimento Educacional Especializado
<b>CAS</b>	Centro de Atendimento ao Surdo
<b>CM</b>	Configurações de Mãos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>E.F/C</b>	Expressão Corporal ou Facial
<b>EMEF</b>	Escola Municipal de Ensino Fundamental
<b>ENM</b>	Expressões Não Manuais
<b>FUNDEF</b>	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
<b>GILS</b>	Guia-Intérprete de Língua de Sinais
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>IMO</b>	Instituto Mãos de Ouro
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>ISTs</b>	Infecções Sexualmente Transmissíveis
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>LS</b>	Língua de Sinais
<b>M</b>	Movimento
<b>MEC</b>	Ministério Da Educação
<b>O</b>	Orientação
<b>PA</b>	Ponto de Articulação (Antes Chamada de “L” Locação)

<b>PAED</b>	Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado
<b>PNEE</b>	Plano Nacional de Educação Especial
<b>PPGEL</b>	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
<b>SECADI</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
<b>SEDUC</b>	Secretaria de Educação do Estado
<b>SEESP</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>TILS</b>	Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais
<b>TIGILSP</b>	Tradutores Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa
<b>TILSP</b>	Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa
<b>UEL</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará

## LISTA DE EXPRESSÕES

**Açaí** – Fruto em formato de pequenas esferas de coloração arroxeada ou esverdeada, do qual, após ser colocado em água morna, pode ser extraída a sua polpa para ser consumida de diversas formas.

**Açaizal** – Plantação de árvores de açaí.

**Açaí Azedo** – Açaí que está entrando em estado de fermentação.

**Açaí Branco** – Polpa de açaí de coloração esverdeada.

**Açaí Fino** – Suco de açaí.

**Açaí Grosso** – Polpa de açaí.

**Apanhar Açaí** – Subir na árvore de açaí para retirar os cachos que possuem os caroços.

**Batedeira de Açaí** – Máquina utilizada para a extração da polpa do açaí. Essa expressão também é usada para o lugar onde se vende a polpa do fruto.

**Churamba** – Suco de açaí de consistência parecida com a de uma água saborizada.

**Debulhar Açaí** – Retirar os caroços do cacho do açaí.

**Peconheiro** – Pessoa que sobe na árvore para apanhar o açaí e que, geralmente, usa um acessório feito com folhas da árvore denominada de peconha.

**Roer Açaí** – Retirar a polpa do caroço açaí com os dentes.

**Servir Açaí** – Colocar o açaí pronto para o consumo na tigela.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Açai em caroço e em suco .....	47
<b>Figura 2</b> – Polpa do açai .....	48
<b>Figura 3</b> – Colar feito com caroços de açai .....	48
<b>Figura 4</b> – Açazal, árvores de açai .....	49
<b>Figura 5</b> – O peconheiro apanhando/tirando açai .....	52
<b>Figura 6</b> – Peconha .....	52
<b>Figura 7</b> – Palmito do açai.....	53
<b>Figura 8</b> – Extração do palmito do açai .....	53
<b>Figura 9</b> – Estados produtores de açai.....	59
<b>Figura 10</b> – <i>Print</i> do envio do <i>link</i> do formulário .....	72
<b>Figura 11</b> – Ciência dos sujeitos da pesquisa .....	74
<b>Figura 12</b> – Variações do Sinal do açai.....	97
<b>Figura 13</b> – Sinal de açazal .....	98
<b>Figura 14</b> – Sinal de açai azedo.....	99
<b>Figura 15</b> – Sinal de açai branco.....	100
<b>Figura 16</b> – Sinal de açai fino.....	101
<b>Figura 17</b> – Sinal de açai grosso.....	102
<b>Figura 18</b> – Sinal de apanhar açai .....	104
<b>Figura 19</b> – Sinal de bateadeira de açai.....	106
<b>Figura 20</b> – Sinal de churamba .....	107
<b>Figura 21</b> – Sinal de debulhar açai.....	108
<b>Figura 22</b> – Sinal de peconheiro.....	109
<b>Figura 23</b> – Sinal de roer açai .....	110
<b>Figura 24</b> – Sinal de servir açai .....	111

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Sexo dos entrevistados.....	75
<b>Gráfico 2</b> – Idade dos entrevistados .....	76
<b>Gráfico 3</b> – Categoria dos entrevistados.....	77
<b>Gráfico 4</b> – Etnia dos entrevistados .....	78
<b>Gráfico 5</b> – Sinal de Açaí .....	81
<b>Gráfico 6</b> – Sinal de Açaí Azedo .....	82
<b>Gráfico 7</b> – Sinal de Açaizal.....	83
<b>Gráfico 8</b> – Sinal de Açaí Branco.....	84
<b>Gráfico 9</b> – Sinal de Açaí Fino.....	85
<b>Gráfico 10</b> – Sinal de Açaí Grosso .....	86
<b>Gráfico 11</b> – Sinal de Apanhar/Tirar açaí .....	87
<b>Gráfico 12</b> – Sinal de Batedeira de Açaí .....	88
<b>Gráfico 13</b> – Sinal de Churamba/Chula.....	89
<b>Gráfico 14</b> – Sinal de Debulhar açaí.....	90
<b>Gráfico 15</b> – Sinal de Peconheiro.....	91
<b>Gráfico 16</b> – Sinal de Roer açaí .....	92
<b>Gráfico 17</b> – Sinal de Servir Açaí .....	93
<b>Gráfico 18</b> – Concordância sobre a criação dos sinais .....	94

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Políticas Públicas Educacionais com foco na Educação de surdos .....	38
<b>Quadro 2</b> – Associações de surdos, Federações e Institutos de Surdos .....	45
<b>Quadro 3</b> – Associações de TILSP e GILS.....	45
<b>Quadro 4</b> – Instituto de Surdos.....	46
<b>Quadro 5</b> – Centro de Atendimento ao Surdo .....	46
<b>Quadro 6</b> – Cidade dos entrevistados .....	79
<b>Quadro 7</b> – Formação acadêmica dos entrevistados .....	80

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS</b> .....	<b>16</b>
2.1	HISTÓRIA DA LÍNGUA DE SINAIS.....	17
2.2	SURDOS NA IDADE MÉDIA .....	19
2.3	SURDOS NA IDADE MODERNA .....	20
2.4	O SURDO NA IDADE CONTEMPORÂNEA .....	22
2.5	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL .....	23
2.6	EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DO PARÁ .....	24
2.7	EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE BREVES.....	26
2.8	O MOMENTO ATUAL .....	30
2.8.1.	As Ações do Instituto Mãos de Ouro na Comunidade Surda Marajoara .....	32
2.9	NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ: AVANÇOS E ASPECTOS LEGAIS .	34
2.9.1.	Políticas públicas em favor da comunidade surda .....	35
2.10	AS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS E DE TRADUTORES, INTÉRPRETES E GUIAS INTÉRPRETES DE LIBRAS DO ESTADO DO PARÁ.....	45
<b>3</b>	<b>O AÇAÍ: USO E MANEJO</b> .....	<b>47</b>
3.1	O AÇAÍ COMO RECURSO ECONÔMICO .....	54
3.2	A PROCEDÊNCIA DO AÇAÍ.....	57
<b>4</b>	<b>AÇAÍ NO CONTEXTO DA LIBRAS: A LINGUÍSTICA E OS SINAIS VARIANTES RELACIONADOS AO AÇAÍ</b> .....	<b>60</b>
<b>5</b>	<b>A METALEXICOGRAFIA COMO BASE PARA A PROPOSIÇÃO DE SINAIS MARAJOARAS PARA O AÇAÍ</b> .....	<b>63</b>
<b>6</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>69</b>
6.1	OBJETIVO GERAL .....	69
6.1.2	Objetivos Específicos.....	69
6.2	ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO APLICADO .....	70
6.2.1	Perguntas constantes no questionário.....	70
6.2.1.1	Apresentação e perguntas constantes no preâmbulo .....	70
6.2.1.2	Perguntas sobre o perfil do participante .....	71
6.2.1.3	Perguntas acerca do conhecimento dos sinais propostos.....	71
6.2.1.4	Pergunta sobre a concordância para a validação dos sinais.....	72
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>74</b>

7.1	RESULTADOS SOBRE O PREÂMBULO.....	74
7.2	RESULTADOS SOBRE O PERFIL DO PARTICIPANTE .....	75
7.3	RESULTADOS ACERCA DOS SINAIS PROPOSTOS .....	81
7.4	RESULTADOS SOBRE A CONCORDÂNCIA PARA A VALIDAÇÃO.....	94
7.5	DETALHAMENTO SOBRE CONSTRUÇÃO DOS VERBETES.....	95
<b>8</b>	<b>VOCABULÁRIO DO AÇAÍ MARAJOARA EM LIBRAS .....</b>	<b>97</b>
8.1	SINAL DE AÇAÍ.....	97
8.2	SINAL DE AÇAIZAL.....	98
8.3	SINAL DE AÇAÍ AZEDO .....	99
8.4	SINAL DE AÇAÍ BRANCO.....	100
8.5	SINAL DE AÇAÍ FINO.....	101
8.6	SINAL DE AÇAÍ GROSSO .....	102
8.7	SINAL DE APANHAR AÇAÍ/TIRAR AÇAÍ.....	103
8.8	SINAL DE BATEDEIRA DE AÇAÍ.....	105
8.9	SINAL DE CHURAMBA .....	107
8.10	SINAL DE DEBULHAR AÇAÍ.....	108
8.11	SINAL DE PECONHEIRO .....	109
8.12	SINAL DE ROER AÇAÍ.....	110
8.13	SINAL DE SERVIR AÇAÍ.....	111
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância do açaí para a população marajoara, paraense e brasileira, este trabalho de pesquisa tem como meta propor a composição de um vocabulário em Língua Brasileira de Sinais (doravante Libras) para as unidades léxicas *açaí*, *açaizal*, *açaí azedo*, *açaí branco*, *açaí fino*, *açaí grosso*, *apanhar açaí*, *batedeira de açaí*, *churamba*, *debulhar açaí*, *Peconheiro*, *roer açaí*, *servir açaí*. O diferencial deste trabalho é a valorização da cultura surda no Marajó por intermédio da ampliação do vocabulário de Libras, possibilitando que as especificidades culturais dessa comunidade sejam conhecidas, disseminadas e respeitadas.

Iniciamos nosso percurso teórico discorrendo sobre a construção de metodologias para a inclusão dos surdos no âmbito educacional e a Igreja Católica, que antes excluía estes indivíduos, passou a incluí-los em seus rituais e na vida dentro da comunidade católica. Também foi dentro da Igreja que se originou a língua de sinais, por meio de monges que, devido aos seus votos de silêncio, usaram-na para comunicarem-se entre si. A partir dessa mudança, expandiu-se a educação voltada para os surdos, tendo como instrumento principal a linguagem por meio dos sinais: “O reconhecimento linguístico das línguas de sinais tem marca nos estudos descritivos do linguista americano William Vitalino em 1960” (Gesser, 2009, p. 13). O autor (2009, p. 27) explica que a língua de sinais “tem uma gramática própria e se apresenta estruturada em todos os níveis, assim como as línguas orais de maneira: fonológico, morfológico, sintático e semântico”.

De acordo com Quadros e Karnopp (2004, p. 47), “as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade visual-espacial e visual-gestual, nesse sentido a informação linguística é compreendida pelos olhos e produzida pelas mãos”. Conforme as pesquisas em Libras se intensificaram, a partir das evidências científicas, foi se consolidando a noção de que a língua de sinais não é um apanhado de gestos sem princípio organizacional, mas uma configuração sistêmica de uma nova modalidade de língua.

Neste momento, cabe definir que a presente pesquisa se baseia nos estudos de Quadros e Karnopp (2004, p. 47) para delimitar o entendimento sobre a fonologia da Libras. Dessa forma, para os autores supracitados, os sinais representativos da língua em estudo são formados e orientados gramaticalmente por cinco parâmetros:

o uso da Configuração da Mão, sua Locação, o Movimento da mão, a Expressão Não Manual e a Orientação da Mão. Desse modo, as combinações entre esses parâmetros são utilizadas na construção de sinais próprios e nos sinais comuns dessa língua.

Tal aprendizagem é particular não somente pelo exercício de aprender uma outra língua, a LIBRAS, mas também porque a apreensão específica desta ocorre em instâncias que exigem um esforço corporal que é próprio de um grupo, as quais permitem experienciar o mundo a partir de outros referenciais, mais visuais e táteis, afastando-se da experiência verbal (Gediel, 2010, p. 39).

A metodologia utilizada neste trabalho caracteriza-se por ser bibliográfica, documental e de campo. A abordagem da pesquisa é qualitativa e o instrumento de coleta de dados é um questionário aplicado via *Google Forms* para professores e tradutores intérpretes de Libras e para a comunidade surda em geral, residentes no Arquipélago do Marajó.

Além deste capítulo de introdução, este trabalho de dissertação apresenta mais oito capítulos. No segundo capítulo, apresentamos o contexto histórico sobre a Libras e sua trajetória até o momento atual, as ações do Instituto Mãos de Ouro, políticas públicas para a comunidade surda, além de tratarmos sobre os aspectos legais referentes aos avanços conquistados pelos surdos no Brasil e no estado do Pará por meio do trabalho das associações de surdos e de tradutores e intérpretes. No terceiro capítulo, tratamos sobre o açaí e sua importância como alimento e como recurso econômico. No quarto capítulo, falamos do açaí no contexto da Libras, a Linguística e os sinais variantes relacionados ao açaí. No quinto capítulo, apresentamos a Metalexicografia como base para a proposição de sinais marajoaras para o açaí. No sexto capítulo, apresentamos o percurso metodológico, no qual descrevemos as etapas da pesquisa e a abordagem de pesquisa utilizada. No último capítulo, tecemos as considerações finais referentes a este trabalho.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS

Neste capítulo, faremos um apanhado histórico sobre a comunidade surda, descrevendo-a desde a Antiguidade, onde a pessoa surda era tratada de forma cruel, até a atualidade, momento no qual os surdos avançaram na garantia de seus direitos fundamentais.

A comunidade surda demorou para conseguir conquistar minimamente a dignidade de ser considerada humana, pois, na Antiguidade, os surdos eram tidos como animais por conta da incapacidade de comunicação. Antes de a língua de sinais ser criada, imaginava-se que os surdos não tinham pensamentos; por conta dessa visão teórica errônea, os surdos não tinham seus direitos garantidos na sociedade.

Durante a Idade Média, os surdos ainda sofriam à margem da sociedade. A igreja católica teve um importante papel nessa questão, curiosamente ao mesmo tempo que, dentro da igreja, as pessoas surdas eram excluídas, não podendo participar das cerimônias, foi dentro da igreja que nasceu a Língua de Sinais, pois os monges reclusos, que fizeram voto de silêncio, criaram um sistema de comunicação por meio de sinais realizados com as mãos. Esse sistema, inicialmente, foi chamado de linguagem gestual.

Na atualidade, a comunidade surda conquistou muitos direitos se compararmos à forma como viviam em outras épocas, principalmente por conta da disseminação das línguas de sinais, o que possibilitou o acesso das pessoas surdas à educação formal. Levando em consideração os fatos, nesse capítulo, abordaremos sobre a história da Educação de Surdos no Brasil, no Pará e em Breves, para isso, primeiramente discorreremos sobre a Libras, que é a Língua Brasileira de Sinais.

Fazemos uma abordagem, ainda neste capítulo, sobre os institutos, as associações e os centros de atendimento para as pessoas surdas, que se constituem como importantes instrumentos de luta para a garantia de direitos da comunidade surda.

Nessa luta por direitos muito já foi conquistado, e, tais como leis que foram criadas e serão apresentadas neste item. A partir dessas leis, a comunidade surda teve sua forma de comunicação, a Libras, reconhecida e, também, conquistou o direito a atendimento especializado por meio de profissionais como tradutores e

intérpretes e professores de Libras.

## 2.1 HISTÓRIA DA LIBRAS

Antes de adentrarmos na história da Libras, apresentaremos a história da comunidade surda da Antiguidade até a atualidade, a partir de relatos encontrados nas obras de Berthier (1984), Silva (1987), Quadros e Cruz (2009) e Justus (2019).

Na Antiguidade, para gregos e romanos, as pessoas com surdez não eram reconhecidas como seres humanos. O principal motivo para essa desvalorização estava no fato de essas pessoas não conseguirem falar. A partir disso, entendia-se que elas não podiam pensar; logo, quem não pensava não poderia ser considerado humano e, como consequência disso, não tinha direitos, tais como: ser incluído em testamentos para poder receber herança, frequentar escola e estar nos mesmos lugares que ouvintes, além de também ser impedido de usufruir o sacramento do matrimônio. Tais direitos só foram alcançados a partir do século XII.

Corroborando a tese de que se não se pensa não se é humano, Rodrigues e Correa (2019, p.55) explicam que filósofos notáveis, como Heródoto e Aristóteles, perpetuaram a ideia de que os surdos não possuíam pensamento e que a audição era crucial para a inteligência e o conhecimento, considerando absurda a tentativa de ensinar indivíduos surdos a falar. Devido ao estigma de as pessoas surdas não eram consideradas humanas e sendo privadas de inúmeros direitos, como vimos antes, essas enfrentavam diversas situações de injustiça, como veremos nos parágrafos a seguir.

Justus (2019, p. 54) relata o fato de o preconceito em relação às pessoas surdas perpassar vários períodos históricos, tendo como início, como dissemos, a Antiguidade, em que, com frequência e de forma sistemática, eram marginalizadas, discriminadas e estigmatizadas em diversas culturas e sociedades, sendo esse tratamento comum em várias partes do mundo. Há registros de práticas como abandono, exclusão, rejeição e, até mesmo, atitudes extremas, como o sacrifício de crianças surdas em algumas sociedades antigas.

Ainda segundo Justus (2019, p. 54), os surdos eram vistos em algumas culturas como amaldiçoados, enfeitados ou castigados. Em muitos casos, os surdos eram jogados no rio e aquelas que sobreviviam eram escondidas por seus pais ou, na maioria dos casos, eram escravizados.

Berthier (1984, p.165) relata os métodos cruéis adotados em Esparta para lidar com crianças surdas ou portadoras de algum outro tipo de deficiência. Segundo o autor, tais crianças eram prontamente submetidas a destinos trágicos, como serem sufocadas, terem suas gargantas cortadas ou serem lançadas de penhascos para perecer nas águas. Esse tratamento brutal era justificado pela crença de que poupar tais crianças seria considerado traição, já que a sociedade não esperava que contribuíssem de forma significativa para o bem-estar da nação.

Na Roma Antiga, tanto plebeus quanto nobres tinham permissão do Estado para sacrificar filhos que nasciam com deficiência. Além disso, pessoas com deficiência eram frequentemente exploradas e usadas na prostituição, no entretenimento e no comércio, com o intuito de atender às necessidades de pessoas ricas.

Essas práticas cruéis e desumanas eram voltadas não apenas para indivíduos surdos, mas também para cegos, deficientes mentais e físicos e para outras pessoas que nasciam com alguma característica considerada disforme. Eles eram frequentemente utilizados em trabalhos servis e humilhantes, ligados a estabelecimentos comerciais, tavernas, bordéis e, até mesmo, expostos em eventos dos circos romanos.

Apesar das incontáveis barbaridades sofridas por pessoas surdas na sociedade espartana, como já citado, há informações de que no Egito e na Pérsia que as pessoas surdas possuíam algo de espiritual, vinculado à comunicação com os deuses, como mostra Strobel (2008,p.82,):

[...] os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e 'adoravam' os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social (Strobel, 2008, p. 82).

Observamos que as crenças se modificam de acordo com a cultura de cada população e com seu tempo histórico; por isso, no tópico a seguir, veremos como viviam os surdos durante a Idade Média.

## 2.2 SURDOS NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, houve muitas ações discriminatórias e opressoras contra os surdos, e os excluindo da sociedade em seus direitos básicos. A Igreja Católica aparece como causadora de danos para os surdos com relação à impressão de que não eram dignos. Entre os atos excludentes, relata-se a não participação dos surdos até nos principais rituais da Igreja. Segundo Honora (2009, p. 19), a Igreja apoiava a visão de que o homem fora criado à "imagem e semelhança de Deus" – Gênesis 1: 26-28; sendo assim, os que não se encaixavam na concepção padrão de indivíduo comum não eram considerados seres humanos. Além disso, eram proibidos de receber comunhão, uma vez que se acreditava que eram incapazes de confessar seus pecados. O casamento entre pessoas surdas era permitido apenas mediante a concessão de favor do Papa, e suas práticas religiosas e vida conjugal eram severamente restritas. Ainda nessa época, os nobres acabaram contribuindo para o crescimento da população surda, já que eles se casavam entre si justamente para não dividir suas heranças com outras famílias.

Cândido, Ribeiro e Oliveira (2021, p. 3) também relatam algumas práticas excludentes praticadas pela Igreja Católica na era medieval. Ressalta-se que suas ações excludentes e crenças estavam em conflito/contradição com os princípios da igualdade e da dignidade humana, gerando dilemas éticos e sociais. Essa perspectiva provocava desconforto na própria Igreja, em especial quando se tratava de famílias ricas. Essa discrepância entre os ensinamentos da Igreja e a realidade de exclusão das pessoas surdas ou com deficiência, sobretudo entre as classes abastadas, ilustra o conflito entre a doutrina religiosa e as questões de justiça e igualdade na sociedade medieval.

Precisa-se ainda considerar que os surdos não participavam das atividades religiosas, como a confissão, por não possuírem língua oral, inteligível. Sendo assim, por não professarem os sacramentos, a igreja considerava que suas almas eram mortais. Foi diante disso que ocorreu a tentativa de educá-los/ensiná-los, inicialmente, de maneira preceptorial. De acordo com Honora (2009, p. 19), os monges enclausurados, com o intuito de não passar os conhecimentos adquiridos pelo contato dos livros sagrados, fizeram o voto do silêncio e, como resultado, criaram uma linguagem constituída por gestos para que não ficassem totalmente

incomunicáveis; esses monges foram convidados pela Igreja Católica a se tornarem preceptores dos surdos, o que gerou um novo olhar a respeito da pessoa surda: passou-se a compreender que os surdos, anteriormente considerados bruxos, usavam as suas mãos para se comunicar, e não para realizar rituais satânicos.

Apesar de a Igreja Católica ter contribuído para a discriminação das pessoas surdas na Idade Média, também contribuiu para melhorar as condições de comunicação entre elas, já que foi dentro da igreja que se deu a criação da linguagem gestual.

### 2.3 SURDOS NA IDADE MODERNA

De acordo com Silva (2006, p.15), examinar a história da educação de surdos a partir de dois eventos que tiveram um papel crucial nesse desenvolvimento não é uma tarefa simples, pois a história do surdo como um indivíduo inserido na realidade, moldado ao longo do tempo, não pode ser compreendida isoladamente, desvinculada das mudanças sociais e do próprio curso histórico.

Nesse sentido, um ponto de partida relevante para essa análise é a experiência realizada por Girolamo Cardano (1501-1576), cujo desfecho rompeu com a ideia preconcebida de que os surdos eram incapazes de aprender. Conforme Soares (*apud* Silva, 2006), Cardano reconheceu publicamente a capacidade dos surdos de raciocinar, ao compreender que a escrita poderia representar os sons da fala ou as ideias do pensamento. Dessa forma, a surdez não deveria ser encarada como obstáculo para o surdo adquirir conhecimento. Somente a partir de Girolamo Cardano as pessoas surdas puderam romper com as dificuldades colocadas a elas desde a Antiguidade, passando a ser reconhecidas como seres pensantes.

Silva (2006, p.6) ressalta a importância de considerar a evolução histórica e social, assim como eventos específicos que desafiaram visões limitadas sobre a capacidade dos surdos, sugerindo que a educação de surdos deve ser examinada dentro de um contexto amplo, levando em conta não apenas os avanços educacionais, mas também as mudanças culturais e sociais que moldaram as percepções em relação à surdez ao longo dos séculos.

Até o final do século XVIII, as práticas educacionais para surdos eram conduzidas por preceptores, como médicos, religiosos e gramáticos, enquanto as instituições especializadas só surgiram nesse período (Peixoto, 2011, p. 4).

Cândido, Ribeiro e Oliveira (2021, p. 4) elucidam que, durante esse tempo, houveram esforços significativos para desenvolver abordagens educacionais adequadas para pessoas com deficiência auditiva, fator que levou à necessidade de encontrar métodos pedagógicos eficazes.

Até meados de 1750, a situação das pessoas surdas era extremamente precária, como relatado por Sacks (1998, p. 43), e a falta de capacidade de desenvolver a fala deixava essas pessoas em uma condição frequentemente descrita como "calamitosa". Os surdos, constantemente rotulados como "mudos", enfrentavam desafios na comunicação, até mesmo com membros de suas próprias famílias, limitando-se a usar sinais e gestos rudimentares. Em regiões rurais ou cidades pequenas, eram isolados, muitas vezes, e forçados a realizar trabalhos desvalorizados, vivendo em condições de solidão e pobreza, frequentemente sendo estigmatizados como "estúpidos".

De acordo com Cândido, Ribeiro e Oliveira (2021, p. 4), a estratégia da Igreja visava integrar os surdos à sociedade, permitindo-lhes participar plenamente de celebrações religiosas e sacramentos. Dado o respeito generalizado que a instituição eclesiástica desfrutava naquela época, muitos indivíduos acolheram de bom grado as medidas adotadas pela Igreja, cujo legado significativo se estendeu até a Idade Moderna.

Essa iniciativa revela um esforço proativo da Igreja em promover inclusão e participação ativa, mostrando como as ações de uma entidade respeitada podem influenciar na aceitação e na integração de grupos marginalizados. O legado deixado pela Igreja nesse contexto reflete a importância de abraçar e capacitar comunidades vulneráveis, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Vale ressaltar, porém, que havia ainda a perspectiva de que o indivíduo surdo deveria se adaptar à comunidade ouvinte, influenciada, principalmente, por Alexander Graham Bell, levando à predominância do oralismo em detrimento da língua de sinais, como visto no II Congresso Mundial de Surdos-Mudos ocorrido em Milão - Itália, em 1880 (Strobel, 2009, p. 26). A decisão de abolir de forma oficial o

uso da língua de sinais na educação dos surdos, realizada sem a efetiva participação dos surdos, teve implicações duradouras nas práticas educacionais em toda a Europa (Strobel, 2009, p. 26).

#### 2.4 O SURDO NA IDADE CONTEMPORÂNEA

Na contemporaneidade, o cenário da educação para surdos reflete um longo histórico de desafios e mudanças significativas, conforme descrito por diversos estudiosos e pesquisadores. Segundo Strobel (2009, p. 43), a história da educação de surdos foi marcada por diferentes abordagens e métodos educacionais que evoluíram ao longo do tempo. Inicialmente, até o final do século XVIII, os surdos não recebiam atenção educacional formal, tendo como preceptores médicos, religiosos ou gramáticos, principais responsáveis por qualquer tipo de instrução ao indivíduo surdo, como visto anteriormente.

A influência da Igreja na Idade Moderna, como observado por Reily (2007, p. 323-324), foi um marco na busca por integração dos surdos na sociedade, por meio de iniciativas que permitiam sua participação em celebrações religiosas e sacramentos. No entanto, as mudanças no cenário educacional surgiram com a ascensão de personalidades como o abade Sicard, que promoveu avanços significativos na educação de surdos, inclusive publicando materiais pedagógicos relevantes para a área.

O período contemporâneo testemunhou debates intensos entre os defensores do oralismo, como Alexander Graham Bell e os proponentes da língua de sinais, conforme discutido por Nascimento (2006, p. 256). O embate entre essas perspectivas influenciou as políticas educacionais e práticas pedagógicas adotadas em várias partes do mundo, e a preferência pelo oralismo resultou na supressão do uso da língua de sinais em muitas instituições de ensino, conforme determinado pelo II Congresso Mundial de Surdos-Mudos em Milão, como relata Strobel (2009, p. 26).

No entanto, os desafios persistem na contemporaneidade. Sacks (2010, p. 16) oferece uma perspectiva sensível sobre a vivência dos surdos, destacando a importância da comunicação visual e a riqueza da cultura surda. A compreensão mais profunda das necessidades e dos direitos dos surdos na sociedade atual é essencial para garantir uma educação inclusiva e acessível, e a consciência das

experiências históricas descritas por esses estudiosos proporciona um contexto significativo para a avaliação crítica das práticas atuais em relação à educação e à inclusão dos surdos na contemporaneidade.

## 2.5 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

No contexto brasileiro, por volta de 1857, o professor francês Ernest Huet, defensor dos ideais de L'Épée e adepto do Método Combinado, foi convidado por D. Pedro II para implementar, no Brasil, a primeira instituição voltada para o ensino de meninos surdos, na época conhecida como o Imperial Instituto de Surdos Mudos. De acordo com a Wikipédia<sup>1</sup>, em 1911, esse instituto recebeu um novo nome: Instituto Nacional de Surdos-mudos e, a partir 1991, passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)<sup>2</sup>, que é mantido pelo Governo Federal (Duarte, 2009, p. 28). Essa instituição, atualmente, atende estudantes de ambos os sexos desde a educação Infantil até o ensino superior, apoiando pesquisas voltadas para novas metodologias de ensino destinadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Ressalta-se que são ofertados serviços nas áreas de assistência social, fonoaudiologia e psicologia.

O referido marco histórico proporcionou aos surdos brasileiros acesso a uma educação especializada, que possui grande influência da Língua de Sinais Francesa, com sistemas de comunicação previamente utilizados por surdos em diversas regiões do país (Duarte, 2009, p. 31). Mais tarde, o governo brasileiro designou A. J. de Moura e Silva para visitar o Instituto Francês de Surdos, em 1896. Por ser um dos professores do INES, Moura tinha como missão avaliar a decisão do Congresso de Milão e seu impacto para a comunidade surda. Sua análise concluiu que o Método Oral Puro não era viável a todos os surdos, uma visão que se confirmou nos anos subsequentes (Silva, 2021, p. 299).

Durante o século XX, o panorama educacional dos surdos foi marcado por avanços significativos, de acordo com um movimento global de reconhecimento e inclusão. No Brasil, o surgimento de instituições notáveis, como o Instituto Santa Terezinha, a Escola Concórdia, a Escola de Surdos de Vitória e o Centro de Audição

<sup>1</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto\\_Nacional\\_de\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Surdos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_de_Surdos). Acesso em: 01/11/2023

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/acesso-a-informacao-1/institucional/conheca-o-ines>. Acesso em: 01 nov. 2023.

e Linguagem "Ludovico Pavoni", desempenhou um papel crucial na promoção da educação e integração dos surdos na sociedade. Tais avanços educacionais foram acompanhados por uma mudança gradual de perspectiva, em que a prioridade passou a ser o empoderamento e a inclusão dos surdos em escolas regulares, além do reconhecimento e suporte por parte das autoridades educacionais locais e nacionais.

Essas transformações foram impulsionadas por uma série de estudos e pesquisas, como o trabalho pioneiro de Janaína Aguiar Peixoto (2011), cuja dissertação *Surdez, uma vivência visual do mundo* ofereceu *insights* valiosos sobre a perspectiva cultural e social dos surdos.

Por meio dessa contribuição e de outras obras relevantes, como as de Lilian Cristine Ribeiro Nascimento (2006) e Karin Strobel (2009) que abordam a história da educação de surdos, bem como as análises de Kátia Tavares Meserlian e Célia Regina Vitaliano (2009), que tratam da trajetória histórica da educação dos surdos, percebe-se uma compreensão mais ampla e aprofundada das questões fundamentais que moldaram o sistema educacional para surdos ao longo dos anos. Vilmar Silva (2006) também contribuiu para esse campo trazendo uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão, em 1880, oferecendo uma análise sobre eventos cruciais na história da educação de surdos.

## 2.6 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DO PARÁ

Igreja (2016, p. 29) descreve a origem da Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, fundada em 1885, na Itália, por São Fillipo Smaldone, cuja dedicação e empenho na educação dos surdos foi central para sua criação. Foi fundada com a missão de dar continuidade ao legado do Padre Fillipo Smaldone, cujo princípio "Abre-te!" impulsionou sua expansão para diversas regiões do globo, incluindo países como Brasil, Paraguai, Ruanda, Tanzânia, Benin e Moldávia.

No Brasil, o Instituto escolheu Belém do Pará como local de estabelecimento em 1972, iniciando suas atividades no ano seguinte, precisamente em 25 de março de 1973; assumiu, inicialmente, o compromisso de educar 27 alunos surdos, com idades entre 0 e 14 anos, em regime de semi-internato, oferecendo turmas de alfabetização até a 4ª série do Ensino Fundamental. A presença marcante da

Congregação na capital do estado ressalta sua significativa contribuição para a educação e o bem-estar das comunidades locais, refletindo o legado duradouro deixado pelo Padre Filippo Smaldone.

Dos 60 alunos que frequentavam o Instituto em regime de semi-internato, 04 foram integrados na rede regular de ensino, sendo 03 no Colégio Santo Antônio, com acompanhamento do Instituto Filippo Smaldone – Centro Educacional de Áudio-Comunicação do Ceará (IFS-CEAC), e 01 integrado no ensino regular da cidade de Manaus-AM. Posteriormente, outros alunos foram sendo progressivamente integrados em escolas regulares, como o Colégio Gentil Bittencourt, o Colégio Santa Catarina de Sena, o Colégio Santa Rosa e Berço de Belém. A partir de 1979, o programa de integração expandiu-se para as escolas da rede pública de ensino, incluindo instituições como as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio Justo Chermont, Maroja Neto, Paulino de Brito, Santana Marques, Placídia Cardoso e Benjamim Constant, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Madre Zarife Sales e as Escolas Municipais Joaquim Viana, Madre Zarife Sales e Padre Leandro, segundo Balieiro (2011, p. 16).

Esse programa consistia em acompanhar os alunos integrados e os professores da classe regular de ensino de diversas escolas da região de Belém, por meio de um professor especializado que desenvolvia um trabalho itinerante. O movimento de inclusão, que teve início de maneira incipiente na década de 1980 e ganhou força nos anos 1990, é considerado hoje uma política com cada vez mais adeptos. A prática de inclusão adota a filosofia de modificar a estrutura social, incluindo escolas, empresas, programas, serviços e ambientes físicos, a fim de torná-los mais capazes de atender à diversidade de pessoas, respeitando suas necessidades individuais. Nesse sentido, a inclusão implica que os indivíduos sem deficiência se capacitem para atender às crianças com deficiência, de acordo com Balieiro (2011, p. 16).

Dentro do ambiente escolar, a inclusão busca possibilitar que cada criança se desenvolva dentro de seus próprios limites, em oposição a padrões impostos pela sociedade. Além disso, acredita-se que as crianças com necessidades especiais são capazes de aprender, e a promoção da inclusão desmitifica a questão do convívio e da educação das crianças com necessidades especiais, enfatizando o papel crucial dos profissionais e especialistas que atuam nessa área (Meserlian; Vitalino, 2009;

Nascimento, 2006; Peixoto, 2011; Sacks, 2010; Strobel, 2009; Silva, 2006; Meserlian; Vitaliano, 2009).

## 2.7 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE BREVES

A Educação Especial em Breves, conforme Silva (2019, p.19), surgiu em decorrência de iniciativas legislativas, mobilizações escolares e esforços coletivos da sociedade em geral, que uniram forças para exigir aprimoramentos no atendimento às pessoas surdas e garantia de acesso à educação para indivíduos com deficiência. As informações que serão descritas a seguir foram conseguidas por meio de pesquisa realizada no Centro de Atendimento Especializado Hallel Pinheiro Vasconcelos.

Segundo os estudos de Lobato (2015, p.11), a implantação da Educação Especial em Breves teve início nos anos 1980. Durante esse período, a Educação Especial estava em fase de desenvolvimento, demandando um suporte significativo da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Nesse contexto, a SEDUC desempenhou um papel fundamental ao oferecer recursos essenciais aos educadores da rede municipal, permitindo que participassem de cursos de capacitação e outras atividades de aprimoramento no Centro de Treinamento e Recursos Humanos, localizado em Marituba, região metropolitana de Belém, a capital do Pará. Esse apoio foi crucial para fortalecer as práticas educacionais e para promover o desenvolvimento contínuo dos profissionais envolvidos na Educação Especial em Breves.

Lobato e Bentes (2020, p. 24), analisando o Documento Base do Plano Municipal de Educação de Breves (2015-2025), apresentam o seguinte registro sobre a Educação Especial desta cidade:

A Educação Especial em Breves, iniciou no ano de 1985, com atendimento domiciliar. Posteriormente, os alunos foram encaminhados para as escolas onde se trabalhava a educação especial no processo de integração, com as chamadas classes especiais onde perdurou por muitos anos, em seguida, já na classe especial o aluno estudava em uma sala separada do ensino regular e, era preparado para ingressar no ensino comum, porém a minoria conseguia avançar para a classe regular, pois se acreditava que eles eram incapazes de aprender e conviver com outros alunos, principalmente os alunos com deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo e psicose (Breves, 2015, p. 109-110).

De acordo com Balieiro (2011), a história da Educação Especial em Breves é categorizada em quatro fases distintas:

- A primeira, de 1985 a 1997, sob a gestão estadual do Ensino Fundamental, testemunhou a implantação da Educação Especial, liderada por professores como Maria José Barbosa da Silva, Maria do Socorro Vasconcelos Lélis, Maria do Perpétuo Socorro Gomes Rodrigues, Maria Dalva Machado Marques e Lindomar Pereira, segundo Balieiro (2011, p. 16).
- A segunda fase, de 1998 a 2010, coincidiu com a municipalização do Ensino Fundamental e viu a liderança da Educação Especial em professoras como Sônia Regina Andrade Fernandes, Joana Darc e Carla Tereza Leão Matos. É relevante citar que somente no ano de 2009 que houve a contratação do primeiro tradutor e intérprete de Libras, Fabrício Martins Balieiro (Balieiro, 2011, p. 17).
- A terceira fase, de 2010 a 2021, foi marcada por mudanças na coordenação da Educação Especial, passando a ser supervisionada pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallel Pinheiro Vasconcelos, pela Secretaria Municipal de Educação e pelo governo municipal de Breves. Durante esse período, os professores responsáveis pela Educação Especial foram Carla Tereza Matos Leão, Edivana Vieira Praia, Simeir Miranda dos Reis, Vitor Serra Rodrigues, em 2019 a Prof<sup>a</sup> Carla Tereza Leão Matos volta a coordenar, em seguida a Márcia Michelle Matos Fonseca de Oliveira e, de forma breve, a professora Manuela do Socorro de Souza Matos Vieira, conforme Balieiro (2011, p. 18)
- A quarta e atual fase tem início no dia 14 de junho de 2022, tendo como coordenadora de educação especial e diretora geral do CAEE, a professora Maiara da Silva Otoni. É válido ressaltar que, durante a gestão da referida professora, o CAEE muda de endereço, e o novo prédio fica localizado na rua Paes de Carvalho/Centro. A inauguração se deu no dia 03 de abril de 2023<sup>3</sup>, segundo Balieiro (2011, p. 19)

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://breves.pa.gov.br/prefeito-xarao-leao-inauguraprefeito-xarao-leao-entrega-o->

No entanto, o autor assinala que, a partir de 2019, houve um declínio na área de Educação Especial, devido à redução de recursos provenientes do Ministério da Educação, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a diminuição do apoio governamental do Estado do Pará para a Educação Especial no município.

Este estudo proporciona uma compreensão ampla das fases críticas enfrentadas pela Educação Especial em Breves, destacando os desafios contínuos em relação à disponibilidade de formações destinadas aos professores para atender os alunos em suas áreas específicas de deficiência, de recursos e ao apoio governamental, ressaltando a importância de ações sustentáveis e contínuas para propiciar a todos os discentes público-alvo da educação especial uma educação não apenas inclusiva, mas também equitativa.

Diante disso, Lobato (2010, p.11) ressalta que, nesse contexto, a qualificação (formação) profissional dos professores seguia as diretrizes delineadas pelo artigo 30 da Lei 5.692/71, que estabelecia dois caminhos distintos: a formação em cursos regulares e a formação regular enriquecida por estudos adicionais. Esses estudos adicionais, correspondentes a um ano de formação complementar, capacitavam os professores para ensinar até a 6ª série do Ensino Fundamental, evidenciando a devida importância do aperfeiçoamento contínuo e especializado dos educadores para atender às demandas da Educação Especial.

Nesse período, o atendimento aos alunos com deficiência por parte do sistema educacional de Breves estava diretamente associado às atividades realizadas na escola Dr. Lauro Sodré (reconhecida por seus relevantes trabalhos voltados a alunos surdos). Já as escolas Rossilda Ferreira e Estevão Gomes tinham como maior público alunos com deficiência intelectual e física. Sendo assim, durante muito tempo foram conhecidas como escolas de referência no atendimento ao público acima citado, segundo (Balieiro, 2011, p. 17)

Durante a década de 1990, o número de discentes atendidos pela Educação Especial aumentou, resultando em uma visibilidade maior das práticas educacionais. No entanto, a sociedade ainda mantinha estigmas em relação aos professores e aos próprios alunos das classes especiais. Mesmo diante desse fato, a Educação Especial, como forma de atender às especificidades dos educandos, proporcionava

dois tipos de atendimento: o atendimento domiciliar e o atendimento escolar, conforme Balieiro (2011, p. 18).

Segundo Lobato (2019, p.16), houve uma movimentação por parte de algumas escolas municipais para adotar um novo modelo de ensino que priorizasse o atendimento às pessoas com deficiência, seguindo os modelos das escolas Lauro Sodré, Rossilda Ferreira e Estevão Gomes, que se comprometeram e ajustaram suas práticas e estruturas a fim de proporcionar os serviços da Educação Especial e receber os alunos com deficiência.

De acordo com Silva (2019, p.17), essa organização das escolas ressaltou a importância do treinamento dos professores para o exercício na área da Educação Especial, na qual é fundamental que o professor esteja capacitado para lidar com as particularidades, singularidades e diversidades de seus alunos, ao invés de adotar um modelo de pensamento genérico aplicável a todos eles.

Por conta do processo de organização, de acordo com a autora, é crucial que os educadores estejam preparados para compreender as necessidades específicas de cada aluno e para desenvolver estratégias pedagógicas que atendam a essas demandas de maneira individualizada, criando um ambiente educacional acolhedor e propício ao desenvolvimento pleno e igualitário de todos os estudantes, independente de suas diferenças e peculiaridades.

Durante o período de transição, entre 1997 e 1998, os esforços em Educação Especial foram profundamente influenciados pela descentralização do ensino, que foi impulsionada pelos governos Federal e Estadual por meio do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), um movimento que foi implementado em todo o país. Sob a gestão inicial de Almir Gabriel (1995-1998), Breves também passou por esse processo, com a coordenação da Educação Especial anteriormente localizada no prédio atual da 13ª Unidade Regional de Educação, sendo transferida para o prédio da Secretaria Municipal de Educação a partir de 1998, enquanto as classes especiais operavam de forma mista, acolhendo alunos com uma variedade de deficiências, segundo Balieiro (2011, p. 16)

Nos anos subsequentes, houve a decisão de separar as classes especiais com base nos tipos de deficiências dos alunos. Por exemplo, a Escola Dr. Lauro Sodré abrigava uma classe especial para alunos surdos; as Escolas Rossilda

Ferreira e Estevão Gomes possuíam uma classe especial para alunos com deficiência intelectual; e a Escola Santa Mônica mantinha uma classe especial para alunos com deficiência visual, de acordo com Balieiro (2011, p. 17)

A partir do ano 2000, uma série de iniciativas foram implementadas na área da Educação Especial em Breves. Em 2008, a cidade se esforçou para cumprir as diretrizes do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais", estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007 e do Decreto nº 6.571/08, que aborda o atendimento educacional especializado e o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC para a oferta desse tipo de atendimento, conforme Brasil (2008, p. 1).

Com base nas informações discutidas, entende-se que a implementação e o desenvolvimento da Educação Especial em Breves ao longo das décadas foram marcados por mudanças significativas, influenciadas por políticas educacionais e esforços de descentralização. A trajetória histórica revela uma evolução na forma como as escolas lidaram com a inclusão de alunos com deficiências, passando de um modelo inicial de classes especiais mistas para uma abordagem mais específica e adaptada às necessidades individuais dos alunos.

A separação das classes especiais de acordo com o tipo de deficiência de cada aluno demonstra o avanço na compreensão das diversas necessidades educacionais e na busca por práticas mais inclusivas e personalizadas. Além disso, os esforços em prol da implementação de salas de recursos multifuncionais, conforme as diretrizes do Ministério da Educação, refletem o compromisso contínuo do município de Breves em aprimorar e fortalecer a infraestrutura e os recursos educacionais disponíveis para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiências.

## 2.8 O MOMENTO ATUAL

Silva (2019, p.20) indica que a Escola enfrenta o desafio da inclusão na atualidade e observa que, ao longo da trajetória da Educação Especial em Breves, houve uma progressão gradual, partindo de uma abordagem tradicional para uma adesão progressiva aos modelos inovadores de inclusão. Nesse sentido, a inclusão escolar tem se mostrado um desafio contínuo para as instituições educacionais,

demandando esforços para adaptar práticas pedagógicas e estruturas físicas a fim de atender de forma eficaz e inclusiva a diversidade de alunos. O reconhecimento da necessidade de adaptação e inovação reflete a conscientização crescente em torno da importância da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade no ambiente escolar.

De acordo com Lobato (2015, p.21), em 2008, a EMEF Dr. Lauro Sodré foi a pioneira em receber uma Sala de Recursos Multifuncionais em Breves, marcando o início das atividades de informática educativa direcionadas aos alunos surdos, evidenciando a crescente preocupação com a inclusão e o atendimento especializado na rede escolar. Além disso, a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallel Pinheiro Vasconcelos, em 2010, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 2.095/2005 e mantido pela Prefeitura Municipal de Breves, representou um avanço significativo na oferta de recursos para a educação especial na região. A parceria entre a Educação Especial e o CAEE Hallel Pinheiro Vasconcelos, desde sua fundação, demonstra um compromisso contínuo com a inclusão e a garantia de apoio adequado para os alunos com necessidades educacionais especiais.

O Plano Municipal de Educação de Breves (2015-2025) destaca o fortalecimento da educação inclusiva na cidade a partir de 2009, influenciado pela Resolução nº 04 de 2009, que estabelece Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. A inauguração do Centro Hallel Pinheiro Vasconcelos, em 2010, permitiu uma ampliação das ações pedagógicas, promovendo o acesso a profissionais com formação continuada em Educação Especial. O Centro é considerado uma referência em educação especial no município, com atividades focadas na inclusão dos alunos da Educação Especial no Ensino Regular, com apoio adicional do AEE.

Outro avanço relevante é o fato de, em 2012, a Secretaria Estadual de Educação realizar o seu primeiro concurso público, com vagas para professores da educação especial. Desde então, os alunos público-alvo da referida modalidade de ensino passaram a ter professores efetivos, abrindo precedentes para que os municípios também aderissem a esse tipo de processo seletivo, o que aconteceu em Breves, Ilha de Marajó/Pará.

Em 2013, houve o primeiro concurso público em Breves, o qual ofertou vagas para “Professor múltiplo”, responsável para atender no Atendimento Educacional Especializado – AEE, professor de “Apoio Pedagógico”, que desenvolveria suas atividades junto a alunos com deficiência física e intelectual e professores “Itinerantes”, que atuariam junto aos discentes surdos ou com deficiência auditiva e cegos. Neste momento, 50 professores assumiram os referidos cargos como efetivos.

A luta por uma escola bilíngue (Língua Portuguesa/Libras) em Breves tem se dado através de produções em eventos acadêmicos, manifestações políticas e atividades culturais. Como já citado, as ações da educação de surdos em Breves tiveram início na Escola Dr. Lauro Sodré, na década de 1980. Atualmente, uma organização que tem contribuído bastante com a educação de surdos em Breves e nos municípios vizinhos é o Instituto Mãos de Ouro. A seguir, traz-se um pouco sobre as atividades realizadas por ele.

### **2.8.1 As Ações do Instituto Mãos de Ouro na Comunidade Surda Marajoara**

Em 24 de abril de 2011 foi criado o Instituto Mãos de Ouro - IMO, e então a comunidade surda de Breves passou a contar com os trabalhos desenvolvidos pelo então conhecido “Grupo Mãos de Ouro”. Suas atividades visam à difusão da Libras e à divulgação da cultura surda em Breves e nas cidades circunvizinhas. Porém, foi em 2014, que o IMO deu início aos trabalhos destinados a crianças e adolescentes surdos e ouvintes em situação de vulnerabilidade social, nos quais estava incluído o Ensino da Língua de Sinais como primeira língua para os surdos e como segunda língua para as crianças ouvintes. Também foram realizados ensaios de músicas e peças teatrais em Libras, os quais eram apresentados em eventos públicos e privados, em espaços abertos (Praças e vias públicas) e fechados (igrejas, escolas e outros).

Em 2018, o Instituto Mãos de Ouro passou a atender de forma regular crianças de 06 a 12 anos nos turnos matutino e vespertino, cada turma contendo 60 alunos. As aulas aconteceram até o ano de 2022, no contraturno escolar de cada criança, abordando disciplinas como Português, Matemática, Língua de Sinais, Artes Plásticas, Violão, Geografia, entre outras, tendo como objetivo o sucesso escolar e o

desenvolvimento social de cada criança atendida.

Em 2020, o IMO firmou parceria com a Universidade Federal do Pará – UFPA e a Associação Paraense de Tradutores e Intérpretes de Libras do Pará – ASTILP. A criação de tal parceria teve como intuito a realização do 1º Curso de Extensão de Formação em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa do arquipélago do Marajó-Pará, com o objetivo de formar novos profissionais para atender as comunidades surdas das mais diversas localidades do arquipélago marajoara. O curso atendeu um total de 28 pessoas de 05 diferentes cidades, que concluíram a formação e foram certificadas no dia 10 de maio de 2022.

Além do Curso de extensão supracitado, a parceria com a UFPA – Campus Universitário do Marajó/Breves, também propiciou as seguintes atividades:

- 20 de dezembro de 2019 – I Roda de Conversa dos Tradutores e Intérpretes de Libras do Pará, no Município de Breves – Ilha de Marajó.
- 04 de dezembro de 2021 – II Roda de Conversa entre professores e Intérpretes de Libras do Marajó – Auditório Dalcídio Jurandir – Breves.
- 28 de setembro de 2022 – III Roda de Conversa entre Professores e Intérpretes de Libras do Marajó, que foi realizada na cidade de Portel, e contou com a parceria do Centro de Atendimento Educacional Especializado do referido município e da Associação Paraense de Tradutores e Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais.
- 24 de abril de 2023 – 1ª Audiência Pública da comunidade surda. Tema: “Políticas públicas aos surdos e deficientes auditivos de Breves”.
- 08 de junho de 2023 – realizou junto à Universidade Federal do Triângulo Mineiro o Workshop intitulado: “Vamos Aprender o Português L2 Brincando”.
- 15 de setembro de 2023 – Aula Inaugural do Curso de Extensão em Formação de Tradutores Intérpretes e Guias-Intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa do Arquipélago do Marajó. Organizada por três instituições parceiras: Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó/Breves, Instituto Mãos de Ouro (IMO) e Associação Paraense de Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (APTGILS).
- 21 de setembro de 2023 – I Seminário de educação de Surdos, Libras e Inclusão, o qual foi realizado em parceria com a Turma de 2019 do curso de Ciências Naturais – UFPA/ Breves.

Outra atividade desenvolvida pelo IMO foi o projeto “Quarta com Surdos”, que ocorreu no ano de 2021 e possibilitou à comunidade surda debater sobre assuntos relevantes do dia a dia, como: HIV, ISTs, puberdade, dependência química, sexualidade, gravidez precoce e outros, abordados em Língua de Sinais, possibilitando melhor compreensão dos temas e dando a oportunidade para debates e esclarecimentos.

## 2.9 NO BRASIL, NO ESTADO DO PARÁ E NO MUNICÍPIO: AVANÇOS E ASPECTOS LEGAIS

Neste tópico, abordaremos sobre os aspectos legais, isto é, as legislações que garantem os direitos da comunidade surda. Trataremos sobre as políticas públicas que favorecem essa comunidade, começando pelo ensino de surdos, que foi estabelecido a partir da lei que reconhece a Libras como Língua natural humana, o que possibilitou a garantia dos direitos das pessoas surdas na sociedade.

Neste item, ainda serão abordadas as Políticas Públicas Educacionais com foco na Educação de surdos, pois esse direito se torna primordial para a inclusão das pessoas surdas em todos os sentidos dentro da sociedade, para que possam viver em sociedade, atuando em todos os setores, tendo acesso ao mercado de trabalho, à participação em movimentos sociais, à política, às atividades culturais, artísticas etc.

Por isso, detalharemos essas políticas, que envolvem desde o reconhecimento da Libras, assim como o estabelecimento de profissionais tradutores e intérpretes e a execução da educação bilíngue para alunos surdos.

As leis possibilitam aos surdos o acesso à educação em seus diversos níveis, garantindo que esse seja acompanhado por um profissional que o atenda durante todo o seu percurso e possibilite a disseminação da Libras entre os ouvintes da turma regular na qual esses alunos surdos se encontram, garantindo, assim, sua inclusão e permitindo que ocupem esses espaços.

Também abordaremos, neste tópico, as associações de surdos, associações de tradutores e intérpretes de Libras, Institutos de Surdos e os Centros de atendimentos para surdos. Essas instituições têm um importante papel tanto na luta por garantia de direitos em todos os setores, como na área da saúde, por exemplo,

quanto no atendimento e acolhimento da comunidade surda, possibilitando que esses possam ser compreendidos em suas demandas, tendo acesso a atividades de lazer, cultura e arte dentro e fora desses espaços.

Por fim, veremos, a seguir, o que já foi conquistado, mas vislumbrando o caminho que ainda terá que ser percorrido pela comunidade surda que ainda ocupa de forma mínima os espaços que lhes são de direito.

### 2.9.1 Políticas públicas em favor da comunidade surda

As ações políticas surgem das demandas que afligem a sociedade, envolvendo atores estatais e privados, sendo os últimos oriundos de vários grupos, setores e classes sociais. Nesse contexto, as classes de interesses e os movimentos sociais são imprescindíveis para dar visibilidade às áreas que carecem de intervenção estatal, mas não são responsáveis por suas implementações, cabendo aos poderes executivos essa função.

No Brasil, é incontestável que há muitas demandas sociais fundamentais que carecem de políticas públicas, porém, abordaremos, nesta sessão, as atuações relacionadas à educação formal, em especial o contexto que envolve o ensino de surdos a partir da criação da Lei Federal nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, desenvolvidas em esfera federal e no município de Breves – PA, lócus desta investigação.

A seguir, apresentaremos uma análise detalhada do texto desta lei que, para o povo surdo brasileiro, foi um divisor de águas na sua história e luta em favor da comunidade surda. Tal normativo jurídico lhes proporciona ter o reconhecimento legal e o direito de usar sua língua nos mais variados contextos. Serve de base para compreender o mundo a sua volta, com informações distintas apresentadas em códigos linguísticos diferentes do seu, favorecendo a comunicação com usuários de uma língua que não é a sua, isto é, a Língua Portuguesa em sua modalidade falada e escrita, mas que seus usuários são maioria em todos os espaços de convivência.

A referida norma legislativa estabelece a Libras como língua humana natural, com propriedades próprias e distintas de qualquer outra língua oral auditiva, tendo em sua modalidade de projeção e recepção o modo visual-gestual para estabelecer comunicação entre seus utentes:

Art. 1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais — Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais — Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Essa lei se tornou um marco de grande importância para o povo surdo brasileiro, declarando para toda a nação que a Libras é, de fato, sua língua. Após sancionada, ficou determinado que o modo de comunicação desenvolvido pelos surdos brasileiros, a partir de 1857, não é objeto de vergonha e exclusão, muito menos uma comunicação pobre e bloqueadora de desenvolvimento cognitivo (Choi *et al.*, 2011, p. 22).

Assim, a Libras se trata de uma língua que enriquece a cultura brasileira, inclusive no cenário regional; na cidade de Breves, por exemplo, é possível observar que tal língua é considerada um elemento da comunidade surda. Isso implica dizer que ela é um ganho social e político dos cidadãos surdos, seus familiares e de toda a sociedade, resultando na conquista de direitos.

É evidente que ter a garantia legislativa em esfera nacional é a incontestável aprovação não apenas da Libras, mas do direito do sujeito surdo em todas as suas particularidades culturais, sociais e políticas. Diante da assimilação e empoderamento de quem realmente são, cidadãos de direitos, tiveram sua visibilidade ampliada quando, por engajamento coletivo, se mostraram sujeitos de resistência e luta, eclodindo para a sociedade ouvinte a necessidade de um olhar mais sensível, frente às diferenças, e democrático, na extensão da aplicabilidade dos direitos até então garantidos (Brito, 2013; Lopes, 2013; Honneth, 2003).

Então, a língua de sinais, além de promover o aprendizado, a cultura, e o direito social da comunidade surda, também contribui para a disseminação de informações a respeito dos direitos dos surdos, tornando notória a existência de pessoas deficientes que possuem uma linguagem própria, que colabora com as especificidades e limites dos cidadãos surdos.

A Lei da Libras, como é conhecida a Lei Federal nº 10.436/02, projetou os indivíduos surdos no Brasil, não mais pela óptica da deficiência, mas lhes permitiu ocupar o espaço de comunidades pluriculturais e plurlinguísticas existentes em nosso território nacional (Silva; Vecchia, 2016).

Para garantir a acessibilidade aos usuários da Libras, essa política linguística determina que os poderes públicos e as empresas que recebem concessão estatal para desempenhar serviços públicos devem garantir o uso e a propagação da língua de sinais brasileira em seus estabelecimentos (Brasil, 2002, Art. 175). Quanto às instituições públicas e administrações de serviços públicos de amparo à saúde, essas devem fornecer acolhimento e tratamento apropriado para os que possuem perdas auditivas, conforme texto original:

Art. 2.º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais — Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3.º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (Brasil, 2002).

Por proporcionar aos usuários nativos da Libras acessos aos seus direitos básicos promovidos pelos Entes Federativos, através da comunicação por meio de sua língua de sinais e considerar as distinções históricas, culturais, físicas e sociais, tanto daqueles que usam a Libras como dos que não a usam, mas que precisam de um atendimento voltado para suas necessidades relacionadas à perda auditiva, é uma forma de assegurar o cumprimento de fundamentos constitucionais.

Com o advento desta lei, o ensino de Libras se tornou obrigatório nos ambientes educacionais para os alunos surdos. Sabe-se que a educação se apresenta como direito público subjetivo, obrigando o Estado a promover a criação de mais ações voltadas para essa temática. Ensino de qualidade para todos é exigido tanto pelo povo brasileiro com suas necessidades específicas, a exemplo dos surdos, como por acordos firmados por governos e organizações internacionais, aos quais o Brasil aderiu, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990; e a Declaração de Salamanca, de 1994 (Brasil, 1996).

Embora a Lei da Libras tenha sido a mais importante conquista para o povo surdo desde o início de sua história no Brasil, sozinha não consegue fazer valer todos os direitos que esses indivíduos possuem. A partir dela, foi necessário desenvolver outras políticas públicas e leis para que esses indivíduos possam ter acesso aos seus direitos sociais e propostas educacionais mais próximas às suas

necessidades enquanto minorias culturais e linguísticas.

A educação formal de qualidade sempre foi uma das principais reivindicações do povo surdo brasileiro nos últimos anos aos governantes políticos. Com a validação da Libras por meio da Lei Federal nº 10.436/02, o ensino, pautado em considerar esse grupo com suas peculiaridades, é importante veículo para reparar as disparidades histórico-sociais enfrentadas por eles em uma sociedade majoritariamente ouvinte, com língua e cultura distintas da sua. Desse modo, desde que essa lei entrou em vigor, houve um empenho por parte dos órgãos legislativos e regulamentadores em vários domínios e esferas, a fim de incluir o uso e a difusão da Libras, considerando a comunidade surda, conforme veremos no quadro a seguir.

**Quadro 1** – Políticas Públicas Educacionais com foco na Educação de surdos.

<b>Ano de publicação</b>	<b>Documento</b>	<b>Órgão de fomento</b>	<b>Resumo do conteúdo</b>
2002	Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Governo Federal	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
2003	Portaria nº 3. 284 de 07, de novembro de 2003	MEC	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições de nível superior.
2004	Lei Federal nº 10.845, de 05 de março de 2004	Governo Federal	Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
2004	O tradutor e Intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa	MEC; SEESP	Aporte teórico e ético relacionado à prática do profissional tradutor e intérprete de Libras em seu cotidiano de atuação.
2008	Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	MEC	Compêndio que abrangem todas as políticas públicas educativas voltada para o atendimento de pessoas com deficiência
2010	Lei Federal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010	Governo Federal	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.
2011	Decreto Federal nº 7. 611, de 17 de novembro de 2011	Governo Federal	Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.
2015	Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015	Governo Federal	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2021	Lei Federal nº 14.191, de 03 de agosto de 2021	Governo Federal	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.
2023	Lei Federal nº 14.704, de 24 de outubro de 2023	Governo Federal	Altera a lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, interprete e guia-interprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

**Fonte:** Ministério da Educação; Câmara Legislativa; Planalto do Governo Federal. Elaboração do autor, 2024.

Conforme já foi dito, a Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, garante a autenticidade de sua língua materna, corroborando a importância do uso e propagação da Libras entre as comunidades surdas, entre as instituições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e de assistência à saúde. Além da inclusão da Libras em cursos de formação de docentes e de fonoaudiologia, a lei também visa ampliar a acessibilidade e garantir em todos os espaços públicos um atendimento de qualidade que considere as suas particularidades linguísticas e culturais dos surdos.

No ano seguinte, em 7 de novembro de 2003, o MEC determina, por meio da Portaria nº 3.284, que a autorização, reconhecimento e credenciamento de instituições e cursos de nível superior dependerão de quão acessíveis esses espaços serão em relação às pessoas com deficiências. Segundo essa portaria, a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Especial, deveriam, em noventa dias após sua publicação, incorporar aos requisitos de avaliações de condições dos cursos e instituições superiores essas exigências.

Para os surdos, por meio da Portaria nº 3.284/2003, fica condicionado o compromisso, caso haja demanda, até a conclusão do curso, se necessário, de profissionais tradutores/intérpretes de Libras; flexibilidade ao corrigir textos escritos, considerando o conhecimento expresso do discente e não como o português é estruturado, pois, para os usuários nativos da Libras, a sua escrita em português pode sofrer interferência de sua língua materna (Oliveira, 2019, p. 33); instigar o aprendizado do português na modalidade escrita para sua utilização nas atividades relacionadas aos estudos acadêmicos e proporcionar aos docentes acesso a subsídios sobre os surdos, sua língua e cultura. Em se tratando de instituições

federais de ensino, deverão prover cargos em seu quadro de funcionários, para poderem suprir as necessidades linguísticas de mediação entre surdos e ouvintes (Brasil, 2003).

No ano seguinte, para assegurar investimento financeiro à Educação Especial, a Lei Federal nº 10.485, de 5 de março de 2004, estabelece o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado (PAED) às pessoas com deficiência. Nessa lei, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fica responsável em garantir recursos e deliberar normas a fim de contribuir com entidades sem fins lucrativos destinadas à educação e atendimento de pessoas com deficiências permanentes e mobilidade reduzidas, entre outros (Brasil, 2004).

Outro importante feito realizado pelo Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos foi o lançamento do livro “*O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*” criado em parceria com o MEC e a SEESP, no ano de 2004. Esse exemplar, reconhecendo o direito dos educandos surdos de terem acesso ao ensino básico em Libras e/ou por meio de tradutores/intérpretes, foi disponibilizado para que servisse de apoio para cursos de capacitação de profissionais nessa área (Brasil, 2004a).

Depois de muito se falar em Educação Especial e Ensino Inclusivo por ordenamentos jurídicos e instrucionais, em 2008 o Ministério da Educação lança um compêndio que abrange todas as políticas públicas educativas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, intitulado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Esse postulado revela informações pertinentes para que medidas políticas possam ser mais efetivas, como dados referentes a quantidades de discentes compreendidos pela Educação Especial, pois, por ocasião da criação do Plano Nacional de Educação, em 2001, esses dados não existiam. Por outro lado, assim como nos demais documentos, orienta que a modalidade da Educação Especial deve ocorrer de forma articulada com a escola comum, mas com orientações para o atendimento das necessidades educativas especiais desses alunos.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), a educação dos surdos é proposta na perspectiva do ensino bilíngue, valendo-se dos serviços de tradutores/intérpretes e da companhia de vários surdos matriculados na mesma turma, além da propagação do ensino da

Libras para todos os integrantes da unidade escolar. Quanto ao AEE, nos espaços de oferta, o português oral, escrito e a língua de sinais são ensinados aos discentes com surdez. Além disso, esse texto também dita que cabe aos sistemas de ensino proporcionar as funções de instrutor e tradutor/intérprete de Libras para o atendimento a essa nova demanda, inserida nas classes de ensino regular (Brasil, 2008).

No ano de 2010, a educação dos surdos teve mais duas políticas públicas educacionais que merecem ser citadas, relacionadas diretamente ao trabalho desempenhado pelos profissionais tradutores e intérpretes de Libras. A primeira foi a Lei Federal nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que dispõe sobre o ofício desses trabalhadores como atividade regulamentada. Por meio dessa Lei, são reforçadas as possibilidades de formação e determinação das atribuições envolvidas nessa carreira.

Em 2011, o Governo Federal instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Plano Viver sem Limite, por meio do Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Nesse projeto, o objetivo é “promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência” (Brasil, 2011, Art. 1º), cabendo a responsabilidade de execução aos Entes Federados e sociedade.

No Decreto Federal nº 7.611/11, assim como em outros documentos, a adesão ao plano e a responsabilidade de cumprir com as diretrizes é voluntária. Quanto às leis envolvendo as pessoas com deficiência, essas abrangem várias áreas da vida social desses indivíduos de modo a oportunizar acessos e garantir direitos fundamentais, como saúde, educação, inclusão social e acessibilidade.

Em 2015, o Brasil teve a promulgação de um ordenamento jurídico que ofereceu a todas as pessoas com deficiência grande conquista em “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, por meio da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015, Art. 1º).

Para esse ordenamento, todos os cidadãos, sem distinção, precisam poder exercer de forma plena sua capacidade civil, ter autonomia, com segurança, comunicação e informação para transitar em quaisquer espaços de

compartilhamento público. Por esse motivo, devem ser eliminadas as barreiras e entraves que possam limitar o sujeito de ter participação social, desfrutar e exercer seus direitos, ter acessibilidade, liberdade de ir e vir, de se comunicar e expressar suas ideias, receber informações e compreendê-las.

Em relação à educação dos surdos, objeto de nossas buscas neste tópico, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como é conhecida a Lei Federal nº 13.146/15, frisa a importância de que se tenham o ensino bilíngue com a Libras como a primeira língua e a escrita por meio do português, diferente de outras normas inclusivas que optam apenas pela inclusão dos surdos na rede de ensino regular. Como vimos anteriormente, o preceito dita que essa inclusão, seja em escolas e classes bilíngues ou em classes inclusivas, deve oferecer a oportunidade de escolha do aluno surdo, já que o ensino da Libras é o meio de proporcionar aos sujeitos com surdez a autonomia e engajamento para participação plena na sociedade. A lei também reforça o direito a esses discentes de serem atendidos por profissionais capacitados, desde professores ao pessoal de apoio (Brasil, 2015).

Além do exposto, o Estatuto também estabelece direitos que os surdos e as demais pessoas com deficiência podem ter em processos que envolvam seu avanço educacional ou possibilidade de inclusão através de concursos e processos seletivos. Dos benefícios estendidos, estão a dilatação do tempo de avaliação em exames de seleção e atividades acadêmicas, havendo solicitação prévia e comprovação dessa necessidade. Em provas que envolvam a produção escrita, suas particularidades linguísticas serão consideradas no momento de conferência e avaliação. Quando houver editais e suas ratificações, podem ter esses materiais disponibilizados em Libras (Brasil, 2015).

Neste momento, é válido destacarmos a Lei Federal nº 14.191/21, que determina sobre a Educação Bilíngue de Surdos enquanto modalidade de educação escolar, ofertada desde o zero ano, na educação infantil, estendendo-se ao longo de toda a vida, alterando, assim, a LDBEN, desvinculando o ensino de surdos da modalidade de ensino denominada Educação Especial (Brasil, 1996).

Embora a Lei Federal nº 14.191/21 ultrapasse os 18 anos do reconhecimento da Libras por meio da Lei nº 10.436, não poderíamos deixar de citá-la, haja vista que inicia com ela uma nova etapa da educação dos surdos brasileiros. Em virtude da aprovação dessa modalidade de ensino (educação bilíngue para surdos), o “respeito

à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva", foram acrescentados como princípios que devem servir de base para o fazer educativo nos espaços de ensino, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 2021, Art. 3º, § XIV).

O artigo 60 retoma os conceitos de educação bilíngue de surdos, similar ao trazido pelo Decreto Federal nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, com o adendo de especificar as condições físicas e cognitivas para receber esse atendimento, sendo o público compreendido por “educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação, ou com outras deficiências associadas” (Brasil, 2021, Art. 60-A).

O artigo 60-B, aposto à LDBEN por meio da Lei Federal nº 14.191/21, garante aos discentes compreendidos por essa nova modalidade de ensino acesso a materiais didáticos adequados às suas necessidades e professores bilíngues, com formação adequada ao nível superior. Sobre a contratação desses profissionais, a lei ainda recomenda que as entidades surdas sejam consideradas nos momentos de seleção desses profissionais e que haja avaliação periódica desses docentes.

Com essa nova aprovação, os usuários nativos da Libras agora terão a atenção para o cumprimento de mais um direito civil fundamental garantido por nossa Constituição, o direito à informação, previsto em seu artigo quinto, reafirmando suas necessidades e anseios, numa sociedade de maioria ouvinte, usuários da Língua Portuguesa.

Como podemos notar até aqui, a Lei Federal nº 14.191/21 é mais uma de muitas políticas públicas educativas que voltaram suas perspectivas para a educação dos surdos. Longe de ter alcançado a proposta educativa ideal, percebe-se que o movimento surdo não está inativado; pelo contrário, tem buscado de muitas formas galgar seus propósitos por onde estejam em nosso país. Atualmente, já existem várias leis municipais e estaduais conquistadas em todo o país e outros muitos projetos de leis aguardando aprovação em vários Entes Federados, com as mais diversas pautas, em favor dos surdos brasileiros.

Por fim, consideramos como último marco nacional legal a lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Essa lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para os efeitos dessa lei, temos, no capítulo primeiro, a definição da profissão

de tradutor e intérprete, e guia-intérprete:

I – tradutor e intérprete: o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem; II – guia-intérprete: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas. (Brasil, 2023. Art. 1º).

Para descrever as atribuições do tradutor e intérprete, citamos o art. 6º, parágrafo único, da Lei:

I - intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa; III - traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa (NR) (Brasil, 2023, Art. 6º).

Essa profissão carrega uma grande responsabilidade, pois se trata de repassar com imparcialidade e fidelidade as informações. Por isso, citamos o art. 7º da lei em questão.

Art. 7º O tradutor, o intérprete e o guia-intérprete devem exercer a profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e, em especial: III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, interpretar ou guia-interpretar (Brasil, 2023, Art. 7º).

Como pudemos observar, a lei supracitada trouxe um grande avanço para a inclusão das pessoas surdas na sociedade de forma geral, pois, a partir do trabalho desses profissionais, essas pessoas passaram a ter acesso a todo tipo de informações e também possibilitou a interação destes com os ouvintes, permitindo, dessa forma, que eles pudessem ter acesso à educação formal nas escolas.

Observamos, ao longo dessa linha do tempo traçada a partir da Lei da Libras, que houve muitos esforços em incluir os surdos e favorecê-los em adquirir um ensino de qualidade. A educação dos surdos teve seus altos e baixos ao longo dos anos que culminaram em sua maioridade, levando-nos a refletir que ainda há pontos que precisam ser melhorados, enquanto algumas ideias podem ser extintas ou ressignificadas. Ao examinar esses documentos, vemos o quanto a comunidade surda tem se empenhado por melhores políticas públicas educacionais e ainda teremos mais embates até que recebam o ensino que almejam e merecem por direito, enquanto cidadãos brasileiros.

Nessa busca por direitos é necessária a organização de todos. Por isso, no item a seguir, trataremos das associações que envolvem tanto as pessoas surdas

quanto os profissionais que as atendem como tradutores, intérpretes e guias intérpretes.

## 2.10 AS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS, ASSOCIAÇÕES DE TRADUTORES INTÉRPRETES E GUIAS-INTÉRPRETES, OS INSTITUTOS E O CENTRO DE ATENDIMENTO AO SURDO DO ESTADO DO PARÁ.

As associações são espaços coletivos que incentivam a prática de esporte e atividades de lazer, permitindo aos surdos a utilização, a preservação e o enriquecimento da língua de sinais, assim como instiga os debates entre a comunidade surda referente à sua condição de marginalização social e educacional, possibilitando, dessa forma, a sua organização para a luta por direitos básicos.

O estado do Pará conseguiu atingir os objetivos da comunidade surda de forma positiva diante de muitas lutas das associações e institutos. Algumas dessas instituições são:

### Quadro 2 – Associações de Surdos

Nome da Instituição	Data de Criação
ASBEL - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BELÉM	02/03/2004
ASURP - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PARAUPEBAS	24/01/2007
ASBRE - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BREVES	26/10/2016
ASCAST - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE CASTANHAL	30/05/2016
ASAN - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE ANANINDEUA	10/12/2017
ASUSANT - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE SANTARÉM	06/08/2021
ASSUSP - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ.	15/09/2021
ASPA - ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE PARAGOMINAS	21/12/2021

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

### Quadro 3 – Associações de TILSP e GILS

Nome da Instituição	Data de Criação
ASSOCIAÇÃO DOS TRADUTORES INTÉRPRETES DE LINGUA DE SINAIS DO PARÁ – ASTILP	25/09/2007
ASSOCIAÇÃO PARAENSE TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIAS-INTÉRPRETES DE LINGUA DE SINAIS – APTGILS	15/09/2019

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

**Quadro 4 – Institutos de Surdos**

Nome da Instituição	Data de Criação
INSTITUTO FELIPE SMALDONE	25/03/1977
INSTITUTO MÃOS DE OURO – IMO	24/04/2011

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

**Quadro 5 – Centro de Atendimento ao Surdo**

Nome da Instituição	Data de Criação
CENTRO DE ATEDIMENTO AO SURDO – CAS	2005

Como pudemos observar nesse capítulo a comunidade surda brasileira conseguiu conquistar diversos direitos através de Associações, Institutos e Centros de atendimento. Porém ainda é necessário avançar em relação as demandas específicas da comunidade surda marajoara que utiliza expressões diferenciadas e que necessitam ser mapeadas para terem sinais criados e incluídos no vocabulário da língua de sinais.

Para este trabalho escolhemos estudar as expressões utilizadas pela população para se referir a fruta Açaí por ser a mesma importante e bastante consumida no marajó. Por isso no capítulo a seguir apresentaremos a temática Açaí: uso e manejo, e sua importância econômica.

### 3. AÇAÍ: USO E MANEJO

O açaí não se configura apenas como fruta, pois ela carrega consigo uma simbologia muito forte relacionada ao sustento das populações ribeirinhas, tanto no âmbito nutricional quanto no econômico, por isso é tão importante e valorizada, sendo até tema de produções culturais. Para exemplificar, iniciamos este capítulo citando um trecho da música “Sabor Açaí”, do compositor paraense Nilson Chaves: *“És a planta que alimenta, a paixão do nosso povo, macho fêmea das touceiras, onde Oxossi faz seu posto [...] a mais magra das palmeiras, mas mulher do sangue grosso, e homem do sangue vasto, tu te entrega até o caroço...”* (Chaves, 1985).

Como podemos observar na letra dessa música, o autor exemplifica a importância da fruta quando escreve “tu te entrega até o caroço”, remetendo-se ao fato de que até o caroço do açaí pode ser aproveitado, pois é dele de onde se extrai o suco, até o palmito e as folhas.

Nas comunidades ribeirinhas do Marajó, em locais como o município de Breves, o açaí desempenha um papel fundamental na alimentação diária das famílias que residem às margens dos diversos rios que compõem a região

**Figura 1** – Açaí em caroço, nos paneiros de palha.



**Fonte:** Acervo Pessoal do autor (2024).

O principal uso do açaí é o consumo da polpa usada como alimento essencial na mesa da população amazônica, principalmente no Marajó, conforme Silva (2017, p. 18).

**Figura 2 – Polpa de açaí**



Fonte: acervo pessoal do autor (2024).

Os caroços de açaí também são utilizados no artesanato, contribuindo para a economia, aumentando as fontes de renda da população ribeirinha.

**Figura 3 – colar feito com caroços de açaí**



Fonte: acervo pessoal do autor (2024).

O açaí (*Euterpe oleracea*) é uma planta adaptada a ambientes úmidos e alagados, que são comumente encontrados em áreas ribeirinhas e várzeas da região amazônica.

**Figura 4** – Açaizal, árvores de açaí



**Fonte:** Acervo pessoal do autor (2024).

Segundo Mourão (2011, p. 84), a predominância dos açaizeiros nas várzeas do estuário amazônico decorre do tipo de solo, drenagem, clima, pluviosidade, umidade e claridade. Ela é frequentemente encontrada em áreas de várzea, igapós (terrenos constantemente inundados) e terra firme, formando açaizais nativos densos e quase homogêneos, principalmente no estuário do rio Amazonas. Mourão também explica que o açaizeiro apresenta duas modalidades bem definidas de propagação: por meio de sementes e pela retirada de brotações de sua base. A capacidade de brotação do açaizeiro, como indica a autora, colocou-o na liderança das espécies produtoras de palmito, pois, adotando-se normas específicas de manejo, é possível uma exploração permanente e altamente lucrativa.

De acordo com Nogueira (1995, p.12), o açaizeiro é uma palmeira nativa da Amazônia, encontrada espontaneamente nos estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá. Coutinho (2017, p. 19) explica que o gênero *Euterpe*<sup>4</sup> agrupa cerca de 28 espécies, distribuídas das Antilhas e da América Central até as regiões florestais amazônicas do Peru, Bolívia e Brasil, estendendo-se ao Paraguai e até à floresta Atlântica brasileira.

---

<sup>4</sup> Gênero de palmeiras. Fonte: <https://www.dicio.com.br/euterpe/>

Segundo Calzavara (1972, p. 5), o açaí é uma planta típica da Região Norte do Brasil, onde cresce naturalmente em áreas de várzea e nas margens dos rios de terra firme.

Quando se trata especificamente do povo ribeirinho marajoara, como explica Calzavara (1972, p. 30), o açaizeiro apresenta duas variedades bastante conhecidas pelo homem interiorano, e sua diferenciação é feita apenas pela coloração que os frutos apresentam quando maduros e que são popularmente caracterizadas como açaí roxo e açaí branco.

O açaí roxo é considerado a variedade regional predominante e é popularmente conhecida como açaí preto, em virtude dos seus frutos apresentarem, quando maduros, uma polpa escura, da qual se obtém um suco de coloração arroxeada, "cor de vinho", originando, assim, a denominação popular de "vinho de açaí". Já o açaí branco, que é assim denominado por produzir frutos cuja polpa, quando madura, apresenta a coloração verde-escuro brilhante, fornece um suco (vinho) de cor creme claro.

Conforme Nogueira (1995, p. 14), o açaizeiro é uma planta característica de climas tropicais e prospera em condições quentes e úmidas, sendo sensível a longos períodos de seca. Nas áreas onde é nativo, as precipitações são abundantes, variando de 2.000 a 2.700 mm anuais, e são bem distribuídas ao longo do ano. Além disso, a umidade relativa do ar geralmente ultrapassa os 80%. A temperatura média gira em torno de 28°C. Para o bom desenvolvimento das plantas de açaí, é necessário que as regiões apresentem temperaturas médias mensais acima de 18°C. Caso as temperaturas fiquem abaixo desse limite, pode haver atrasos no crescimento das plantas.

O açaizeiro, uma palmeira de porte esguio, é a árvore que produz esse fruto tão conhecido. O consumo de açaí é uma prática comum nas regiões do Baixo Amazonas, Estuário e Leste Paraense, e está profundamente enraizado na cultura alimentar local, além de fazer parte do folclore regional.

Essa descrição enfatiza a relação íntima entre o açaí e as comunidades amazônicas, onde o fruto, como dissemos antes, é valorizado não apenas por suas propriedades nutritivas, mas também por sua importância cultural e tradicional.

O açaí tornou-se um alimento básico nessas regiões, sendo amplamente consumido pela população local. Essa relação histórica entre o açaí e as

comunidades amazônicas contribui para a preservação e perpetuação das práticas culturais e alimentares tradicionais. Além disso, o açaí também conquistou popularidade em outras partes do Brasil e do mundo, devido às suas propriedades nutricionais e ao sabor característico.

O reconhecimento do açaí como alimento icônico da Região Norte do Brasil destaca a importância de proteger e preservar a diversidade cultural e alimentar das diferentes regiões do país. Ele não apenas faz parte da dieta dessas comunidades, mas também contribui para a economia local, gerando empregos e oportunidades de negócios relacionados ao seu cultivo, processamento e comercialização.

Mourão (2011, p. 82) explica que o açaí e o açaizeiro são símbolos gastronômicos da Amazônia, especialmente do Estado do Pará. O termo *açaí*, segundo o autor, tem origem tupi *yasa'y (i)* e significa, literalmente, "palmeira de água". Atualmente, é conhecido como *vinho de açaí*, sendo utilizado para preparar um suco que, na cultura ribeirinha, é consumido como alimento primordial no dia a dia. O autor ainda ensina que os grupos indígenas da região do estuário amazônico, como os Tupinambás, eram identificados como consumidores de açaí, e suas habitações, chamadas de malocas, eram conhecidos como *Mixi-tha* (açaizal). Outros grupos indígenas, como Aruans, Anajzes, Mococons e Mapuazes, também utilizavam o açaí, embora em menor quantidade. Outras tribos como os Mundurucus, Maués, Caripunas, Timbiras, Guajás e Galibis do Amapá também consomem açaí, porém em menor quantidade.

O açaí é consumido regularmente como parte da dieta cotidiana, sendo um alimento tradicional e de grande importância cultural para o povo ribeirinho. Além do consumo próprio, os moradores ribeirinhos também realizam a coleta dos frutos do açaizeiro com o objetivo de comercializá-los. A extração do açaí para a venda é uma atividade econômica relevante nessas comunidades, contribuindo para a subsistência das famílias e para a geração de renda local.

**Figura 5** – O Peconheiro, apanhando/ tirando o Açaí



**Fonte:** Acervo pessoal do autor (2024).

Para facilitar a sua subida na árvore, o peconheiro utiliza um acessório chamado “peconha”, que tem o formato de um círculo feito com as folhas do açai e que é colocado nos pés para ajudar na aderência na árvore.

**Figura 6** – Peconha



**Fonte:** Acervo pessoal do autor (2024).

Além dos frutos, os ribeirinhos também aproveitam a palmeira do açai para a extração do palmito, que é uma iguaria valorizada. O palmito proveniente do açai é uma fonte adicional de alimento e pode ser comercializado, agregando valor à produção local.

**Figura 7**– palmito de Açai



**Fonte:** Lopes (2020).

Pertinente a isso, Nogueira (1995, p.15) explica que essa espécie de palmeira apresenta uma variedade de usos. Atualmente, o sistema extrativo é o mais utilizado; os frutos são destinados ao consumo local e o palmito é exportado. No entanto, o cultivo planejado do açazeiro ainda é pouco comum, embora nos últimos anos tenha despertado interesse de agricultores e grupos empresariais devido às perspectivas promissoras dos mercados interno e externo, como explica esse autor.

**Figura 8** – extração do palmito do açai



**Fonte:** Disponível em: [centropaulasouza.tumblr.com](https://centropaulasouza.tumblr.com). Acesso em: 15 jan. 2024.

Essa informação destaca a importância e as potencialidades do açaí e do açazeiro como recurso natural da Amazônia, tanto em termos de uso tradicional extrativo quanto no contexto do cultivo planejado para atender à demanda crescente.

De acordo com Mourão (2011, p.81), os ribeirinhos realizam a coleta frequente dos frutos dos açazeiros, e essa prática difere significativamente da atividade de extrair palmito, que é guiada pela lógica dos mercados e da retenção. Os ribeirinhos possuem uma concepção de natureza baseada no respeito aos processos naturais e sociais, enquanto os extratores de palmito veem a natureza de forma utilitarista, ou seja, como uma provedora de recursos naturais a serem explorados rapidamente em busca de lucratividade. Essa diferença de percepção ambiental reflete-se na forma como esses grupos se relacionam com a natureza.

### 3.1 O AÇAÍ COMO RECURSO ECONÔMICO

O processamento e a venda do açaí envolvem uma cadeia produtiva que abrange desde os produtores rurais até os distribuidores e vendedores nos centros urbanos. Consoante a isso, Calzavara (1972, p. 14) comenta que a dispersão natural do açazeiro no Estado do Pará representa, em potencial, a grande realidade econômica atual, com horizontes promissores em prol de uma valorização metódica e progressiva da Região Amazônica.

Diante disso, Silva (2017, p. 17) explica que as frutas regionais do Pará são, historicamente, importantes para a economia local, não apenas na esfera de consumo, mas em articulação com dimensões culturais e sociais como festivais e fabricação de derivados que dinamizam a economia local. Hoje se tem uma demanda grande para o comércio e consumo dessas frutas em vários lugares do Brasil, cuja rentabilidade se tornou significativa a partir da década de 1990.

Nogueira (1995, p. 42) afirma que o açazeiro é a principal fonte de produção de palmito atualmente, sendo responsável por aproximadamente 95% de toda a produção de palmito no Brasil, contexto em que o Estado do Pará se destaca como o maior produtor nacional do produto por conta da alta predominância do açazeiro na região. De acordo com o autor, o Pará possui condições climáticas favoráveis

para o cultivo do açazeiro, o que contribui significativamente para o seu *status* de líder na produção.

Além da produtividade e exportação do palmito, o açaí também tem crescido nos últimos anos, conquistando mercados internacionais. Inclusive, Mourão (2011, p.77) assinala que a partir de 1970 a extração, a manufatura e exportação de palmito dos açazais nortistas ganharam evidência nas estatísticas regionais. O extremo Norte do Brasil passou a ser alardeado como o principal e maior produtor e exportador de palmito do Brasil e do planeta.

De acordo com Coutinho (2017, p. 42), o açaí conquistou uma ampla base de consumidores além das fronteiras brasileiras. Em 2007, ele se tornou um dos sabores mais populares nos Estados Unidos e alcançou presença em mercados importantes, como Japão, Alemanha, França, Itália e Oriente Médio. Durante o período de 2002 a 2010, as exportações paraenses de polpa de açaí aumentaram em 30 vezes em valor, enquanto o volume exportado cresceu 14 vezes.

Ao longo dos anos, houve uma valorização significativa do açaí. Em 1994, um pequeno recipiente de creme de frutas custava entre R\$1 e R\$2, mas em 2013, durante a safra, o preço chegava a cerca de R\$20. O preço por litro do açaí de qualidade superior teve um aumento impressionante de 1600% em menos de duas décadas. Esse aumento reflete não apenas a expansão do mercado, mas também o reconhecimento das propriedades nutricionais do açaí e o crescente interesse dos consumidores por alimentos saudáveis e naturais.

O açaí se tornou um símbolo da cultura e tradição brasileiras, conquistando paladares ao redor do mundo e impulsionando a economia local por meio das exportações. Sua popularidade e valorização são resultados do seu sabor diferenciado, além dos benefícios para a saúde e ser amplamente aceito por parte dos consumidores internacionais.

Segundo Bezerra *et al.* (2016), observa-se que o mercado de açaí, especialmente no âmbito internacional, apresenta um grande potencial de expansão, impulsionado pelo seu reconhecimento como alimento funcional com poder antioxidante, além da sua utilização em cosméticos e formulações alimentares como um ingrediente orgânico. O autor assinala que dados evidenciaram que os Estados Unidos representaram aproximadamente 30% dos lançamentos, seguidos pelo

Brasil com 19% e o Canadá com 8%, destacando-se como os países mais inspirados na introdução desses produtos no mercado.

Dessa forma, o açaí se destaca não apenas como um alimento saudável e saboroso, mas também como um recurso econômico de grande importância para as comunidades ribeirinhas da região amazônica e para o país como um todo. A valorização e preservação desse fruto nativo são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável e a valorização da cultura e biodiversidade brasileiras.

[...] na Amazônia, os produtos de origem vegetal sempre tiveram um papel de destaque para a sociedade local. Essa importância remonta aos povos indígenas, atravessando há séculos até os dias atuais. Sendo que a tradição em retirar da natureza o necessário à sobrevivência confere ao mundo vegetal uma relevância significativa ao modo de vida dos amazônidas. É a partir deste hábito que percebemos que em vários bairros da região metropolitana de Belém ainda é expressivo o trabalho e o consumo deste um produto, que está relacionado a uma atividade tradicional da economia (Mourão, 1999 *apud* Ribeiro, 2011, p. 1).

Segundo Bezerra, Nery e Lobato (2001, p. 13), a economia da região amazônica brasileira depende fortemente da exploração dos recursos vegetais, sendo o açaizeiro um papel fundamental na diversificação dessa paisagem, por ser a palmeira mais produtiva desse ecossistema. Estudos a respeito mostram que a coleta extrativista dos frutos do açaí pode representar até 63,1% da renda familiar na época da safra. Atualmente, a produção do açaí é a principal fonte de renda das comunidades ribeirinhas do estuário amazônico, principalmente aquelas mais próximas aos centros consumidores do fruto. Tanto o fruto quanto o palmito podem contribuir com mais de 80% da produção e comercialização totais.

No estado do Amapá, localizado no estuário do rio Amazonas, o açaí representa 48% da renda bruta das famílias, que colhem em média 213 sacas de açaí por ano, tanto para venda comercial quanto para consumo pessoal. Esses achados reforçam o potencial econômico do açaí como um valioso recurso natural capaz de gerar emprego e renda para as populações locais, o que aponta não somente a importância do açaí enquanto alimento, mas também o impacto do fruto nas economias local, regional e internacional.

Segundo Coutinho (2017, p. 46), a dinâmica do mercado do açaí é caracterizada por uma demanda crescente que supera a oferta em diferentes níveis: local, nacional e internacional. O aumento das exportações resultou em um aumento

nos preços, gerando uma renda significativa. Em 2002, a renda foi de US\$ 1,04 milhão, enquanto em 2009 chegou a US\$ 24,0 milhões.

O açaí lidera o mercado de fruticultura nacional e atingiu a marca de 500 mil toneladas exportadas em 2010. O preço do produto sofre flutuações, levando o Governo Federal a incluir o açaí na Política de Garantia de Preços Mínimos para fornecer estabilidade de renda aos extrativistas.

A implementação dessa política visa estimular o aumento da oferta do fruto no mercado paraense nos próximos anos. O preço do açaí não é formado em nível nacional, e a Conab utiliza pesquisas de mercado para calcular o preço mínimo a ser adotado na Política de Garantia de Preços Mínimos.

O Estado do Pará é favorecido pelas excelentes condições de solo e clima, o que o torna o maior produtor mundial de açaí. No entanto, mesmo com o aumento significativo na área plantada, a produção ainda não é suficiente para suprir a demanda pelo fruto.

### 3.2 A PROCEDÊNCIA DO AÇAÍ

De acordo com Nogueira (1995, p.31), o açazeiro começa a produzir frutos aproximadamente quatro anos após o plantio das mudas em seu local definitivo. Na região do estuário amazônico, a época de safra dos frutos é mais intensa entre os meses de agosto a janeiro, período em que cerca de 87% da produção anual é colhida. Nas outras regiões, a colheita também ocorre em diferentes meses ao longo do ano. Isso significa que a época de colheita do açaí pode variar dependendo da localidade, sendo mais abundante no final do ano e no início do ano seguinte na região do estuário do Amazonas.

Cohen e Alves (2006), citados por Coutinho (2017, p.15), oferecem uma perspectiva complementar sobre a geração de açaí, destacando que o rendimento desse processo varia de acordo com diferentes fatores. Esses fatores incluem a origem dos frutos, o período de produção, o intervalo de tempo entre a colheita e o processamento, bem como o tipo de processamento utilizado.

De acordo com os autores, o rendimento da colheita do açaí é calculado a partir da despolpa de 5 kg de frutos e varia de acordo com a qualidade do açaí. Para o açaí fino, o rendimento é estimado em cerca de 4,5 a 7 litros. Já para o açaí

médio, o rendimento fica em torno de 3 a 4,5 litros. Por fim, o açaí grosso apresenta um rendimento menor, com aproximadamente 1,5 a 2,5 litros.

Esses números indicam a quantidade de polpa de açaí que pode ser extraída a partir de uma determinada quantidade de frutos despulpados. Essas variações no rendimento estão relacionadas às características dos frutos, como o tamanho e a quantidade de polpa presente em cada um, o que aponta a importância de considerar esses fatores ao realizar a ingestão de açaí, pois eles podem influenciar tanto a quantidade de polpa administrada quanto a qualidade do produto para ser comercializado.

Segundo Ribeiro (2014, p. 2), o açaí comercializado na feira provém de diversas origens, incluindo várias localidades do Estado do Pará e de Estados vizinhos. A variedade de procedimentos torna o comércio do açaí diversificado e interiorano. Durante a safra, uma ampla gama de tipos de açaí é disponibilizada, com destaque para os provenientes da região do Marajó, que são a base do comércio na feira. No período de escassez, a demanda é suprida por açaí congelado trazido de Estados distantes, como Amapá e Afuá, que é município da Ilha de Marajó, e por uma variedade menos valorizada chamada “açaí da estrada”, transportado em caminhões cobertos. Os comerciantes precisam avaliar a qualidade e a origem do açaí de diferentes regiões para garantir lucratividade ao adquiri-lo e comercializá-lo nos pontos de venda.

Vejamos, a seguir, o *ranking* dos Estados que mais produzem açaí no Brasil, onde o Pará aparece em primeiro lugar.

**Figura 9** – Estados produtores de açaí no Brasil.



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

#### 4 AÇAÍ NO CONTEXTO LIBRAS: A LINGUÍSTICA E OS SINAIS VARIANTES RELACIONADOS AO AÇAÍ

Iniciemos falando sobre a Linguística como ciência e sua finalidade:

A Linguística é uma ciência que busca respostas para problemas essenciais relacionados a linguagem humana que precisam ser explicados: Qual a natureza da linguagem humana? Como a comunicação se constitui? Quais os princípios que determinam a habilidade dos seres humanos em produzir e compreender a linguagem? A Linguística desmembra tais questões com a finalidade de explicar os problemas e elaborar uma teoria da linguagem humana e uma teoria da comunicação (Quadros, 2004, p. 16).

Nessa primeira definição, é possível observar que a finalidade dos estudos linguísticos vai além da compreensão da linguagem, abrangendo também a comunicação. Ou seja, busca-se entender não apenas como os humanos desenvolvem sua linguagem, mas também como se comunicam por meio dela.

A Linguística também é entendida como uma ciência social: “Por ser a língua um fato social resulta que a Linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação Linguística é a mudança social” (Meillet *apud* Calvet, 2002, p.16).

Com o passar do tempo, as discussões sobre as relações entre sociedade e linguagem começam a se intensificar gradualmente, estabelecendo assim outra subárea da Linguística denominada Sociolinguística. Essa nova abordagem compreende a língua como um sistema heterogêneo e plural, diferentemente das teorias Linguísticas predominantes em meados do Século XX, que encaravam a língua como um sistema homogêneo (Espíndola, 2018, p. 29). Assim sendo, a Sociolinguística passa a compreender a língua como um sistema heterogêneo e plural e não mais homogêneo, ampliando assim o seu campo de investigação. Assim, investiga todas as variedades da língua de forma igualitária.

Essa subárea dos estudos linguísticos introduz uma nova perspectiva no estudo das línguas, acrescentando o contexto social, conseqüentemente, inclui entre suas preocupações os sujeitos e os usos que fazem da língua. A heterogeneidade e não a homogeneidade passa a ser considerada como característica imprescindível à compreensão do uso da língua. A Sociolinguística estuda necessariamente a língua em toda a sua variedade e, para ela, não há línguas ou variedades superiores ou

inferiores. Seu intuito é captar e entender como as variações acontecem e como se relacionam com o padrão que, conscientemente ou não, foi estabelecido dentro de uma mesma comunidade linguística (Espíndola, 2018, p. 34).

A partir dessa compreensão de variedade apresentada pela Sociolinguística é que nascem as variações linguísticas. De acordo com Schembri e Johnston (2012 *apud* XAVIER, 2019, p. 4), a variação linguística em línguas faladas ou sinalizadas é causada por três fatores que estão inter-relacionados: “os linguísticos ou internos, os sociais ou inter-sujeito e os estilísticos ou intra-sujeito”. Ainda apoiados em Xavier (2019), buscamos explicar esses três fatores: no que se refere aos fatores linguísticos, esses estão inclusos no ambiente fonológico e nos contextos morfossintático e discursivo. Sobre os fatores sociais, esses estão relacionados principalmente à idade, à região de origem, ao gênero, à etnia, à classe social etc. Por último, com relação aos fatores estilísticos, esses se encontram vinculados ao tópico, à situação e aos interlocutores, ou seja, diz respeito de forma direta, ao uso da língua pelo sujeito e ao modo como ele irá utilizar os recursos linguísticos, tanto de forma literal, quanto de forma metafórica.

Trazendo a discussão para a realidade dos sujeitos surdos, entende-se, a partir dos autores apresentados anteriormente, que pode ocorrer o uso de sinais diferentes para fazer referência aos mesmos itens éticos. Isso significa que podemos encontrar diferentes sinais para o mesmo significado em diversas regiões do Brasil.

Para exemplificar tal questão, citamos Balieiro (2013, p. 136), que nos apresenta uma discussão sobre os sinais referentes à Ilha de Marajó. Em sua pesquisa, o autor identificou que os sinais que se encontravam em uso pela comunidade surda da região não contemplavam as especificidades regionais. Por ser um local dividido em Marajós dos Campos e das Florestas, constatou-se que os sinais existentes não faziam referências às florestas. Por esse motivo e com o objetivo de atualizar o sinal da Ilha de Marajó foi organizado um debate, no Instituto Mãos de Ouro, em Breves, com professores surdos e ouvintes de Língua de Sinais, Língua Portuguesa e Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais – TILS, para refletir sobre as diferenças no padrão geográfico, histórico, cultural e social dos marajós. Com base nesse cenário, foi criado um sinal que possibilitou representar a diversidade da região.

A partir dessa contextualização marajoara, assim como da noção de que há

variação também na Libras, é que nasceu esta pesquisa, que também tem como locus o Marajó e que busca investigar as variações linguísticas no contexto da Libras, utilizando os sinais referentes ao açaí. Para isso, foram selecionadas as seguintes expressões: *açaí, açaizal, açaí azedo, açaí branco, açaí fino, açaí grosso, apanhar açaí, bateadeira de açaí, churamba, debulhar açaí, peconheiro, roer açaí, servir açaí.*

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário destinado ao público-alvo, que inclui professores, tradutores e intérpretes de Libras, alunos do curso de Letras e Libras, familiares de pessoas surdas e a comunidade surda em geral. Essa coleta ocorreu por meio da ferramenta *Google Forms* no ano de 2023, especificamente no período de 22 de novembro a 22 de dezembro.

Das expressões criadas para o sinal de açaí foram apresentadas aos sujeitos da pesquisa duas variações de sinais sendo que para todos as outras expressões apresentamos apenas um sinal para que os respondentes respondessem se os conheciam ou não.

Para justificar a questão da variação do sinal do açaí na língua de sinais citamos Borba.

Sabe-se que uma comunidade de fala está permanentemente sujeita ao impacto de duas forças que agem em sentido contrário - uma estimula a fala, o discurso à manutenção de formas e outra à variação. É por aí que as línguas se renovam sem perder sua base de identidade. Num dicionário, são falsas ou incompletas as definições que se fundamentarem no pressuposto de que, na comunidade, todos falam a mesma língua, desconsiderando o elemento variacional, ou seja, a variação do comportamento linguístico relacionado com faixa etária, origem, profissão, religião, grau de escolarização etc., o que se reflete em todos os níveis da estrutura linguística – a fonética, a morfologia, a sintaxe e a semântica (Borba, 2003, p. 316).

Os sinais serão apresentados somente no capítulo sete que trata sobre os resultados da pesquisa e para a melhor compreensão e base para a criação de sinais apresentamos a Metalecoxigrafia no capítulo a seguir.

## 5 A METALEXICOGRAFIA COMO BASE PARA A PROPOSIÇÃO DE SINAIS MARAJOARAS PARA O AÇAÍ

A pesquisa em Metalexicografia tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e na compreensão das práticas lexicográficas, especialmente em contextos multilíngues e de preservação cultural. Este capítulo revisa a literatura relevante sobre Lexicografia, Metalexicografia e o papel da língua de sinais para a preservação cultural, destacando a importância desses conceitos para a proposição de sinais marajoaras para o açaí.

A Lexicografia é o ramo da Linguística Aplicada que estuda a produção, organização e utilização de dicionários e outros tipos de obras lexicográficas. Ela descreve e analisa o léxico de uma língua, oferecendo informações sobre significado, pronúncia, grafia e uso das palavras. Por outro lado, a Metalexicografia vai além da produção de dicionários e se preocupa com questões mais amplas relacionadas à teoria e prática lexicográfica, incluindo metodologias de pesquisa, análise de corpus, e estudos sobre o papel social e cultural da Lexicografia.

De acordo com Antunes (2012, p. 27), o léxico pode ser identificado como um repertório de palavras de uma língua e deve sempre ser pensado em um contexto da cognição social. Todas as palavras remetem ao acúmulo de conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa, o que não se diferencia na cultura bilíngue. Em comparação, podemos dizer que o léxico é mental, abstrato; em contrapartida, o dicionário é concreto, marcado por palavras institucionalizadas.

O léxico é, numa perspectiva cognitivo-representativa, a codificação da realidade extralinguística. Ou, numa perspectiva comunicativa, é o conjunto das palavras por meio das quais os membros de uma comunidade linguística comunicam entre si. Tanto na perspectiva da cognição-representação, como na perspectiva comunicativa, trata-se sempre da codificação de um saber partilhado (Vilela, 1994, p. 13).

Um dos critérios essenciais para a comunicação entre falantes de uma língua é o conhecimento do código utilizado por eles, ou seja, é imprescindível que os interlocutores saibam utilizar e interpretar as diretrizes que o compõem. O código é composto de vários componentes (como a sintaxe, a fonologia, entre outros). Um desses componentes é o léxico que faz com que nos comuniquemos uns com os

outros, de modo que exista compreensão partilhada, sendo o léxico externo ou interno.

De acordo com Basílio (2013, p. 14), o léxico externo é um léxico real, concreto, reconhecido pela academia; o léxico mental, por sua vez, permite a existência de um léxico virtual, ou seja, um conjunto de padrões que determinam as construções lexicais possíveis e sua interpretação.

Dáí, surge a Lexicografia, que seria a ciência da elaboração de dicionários. Há produções da Lexicografia, como os vocabulários e os glossários.

A Lexicografia, na realidade, pode ser entendida, efetivamente, como arte ou técnica, isto é, como saber teórico-prático, direcionado à Dicionários escolares especializados: a Lexicografia para o ensino fundamental elaboração de dicionários[...] mas também pode ser interpretada como saber verdadeiramente científico, e, nesse sentido, consiste ou, como a lexicologia, em um estudo especial do léxico, que não é senão aquele contido nos dicionários, ou no estudo dos próprios dicionários em suas diversas facetas. Nessa esteira, alguns autores falam igualmente de dois tipos de Lexicografia: a que eles chamam de Lexicografia prática, que viria a coincidir, ao menos em parte, com a lexicologia e, outras, com o estudo dos dicionários ou obras lexicográficas já elaboradas (Porto Dapenna, 2002, p. 200).

Assim como Welker (2004), Bergenholtz e Gouws (2012) também classificam a Lexicografia em dois sentidos. No entanto, para esses autores, a Lexicografia prática é dividida em duas categorias, a não científica e a científica, sendo a última subdividida ainda em outras duas classes, as de cunho linguístico e as de cunho lexicográfico. Quanto à Metalexigrafia, Bergenholtz e Gouws (2012) a graduam em quatro segmentos, a saber, a Metalexigrafia descritiva, crítica, contemplativa e transformativa.

A distribuição apresentada por Bergenholtz e Gouws (2012) para definir os campos de investigação da Metalexigrafia, assemelha-se à divisão proposta por Wiegand (1984), que também a classifica em quatro subáreas, sendo elas: a história da Lexicografia, teoria geral da Lexicografia, pesquisa sobre o uso de dicionários e crítica de dicionários. Diante das definições expostas, notam-se alguns pontos de divergência quanto à natureza das nomenclaturas propostas. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma área independente, pertencente aos estudos de léxico, há defesas de que a Lexicografia seja um ramo da Linguística.

Sendo assim, feitas as devidas apresentações acerca da Lexicografia teórica ou Metalexigrafia, é sabido que esta oferece ao pesquisador a oportunidade de

estudar uma obra lexicográfica à luz de lentes teórico-metodológicas legitimadas. Além disso, também permite olhar a obra do ponto de vista do usuário e/ou do uso que ele faz delas

Ainda, segundo Martins (2017), a Lexicografia é o registro das palavras, ao passo que a Metalexigrafia é o estudo do registro das palavras. O estudo Metalexigráfico pode se dar tomando um determinado dicionário como fonte ou amostra do léxico. Deste modo, é possível dizer que este tipo de Metalexigrafia é o estudo de como se dá o registro das palavras em diferentes dicionários. Ainda segundo a autora, a Metalexigrafia pode estudar como o registro das palavras pode ser feito à luz dos diferentes modelos teóricos da Lexicologia. Reciprocamente, pode estudar como esses modelos teóricos podem afetar ou informar o modo como diferentes dicionários fazem o registro das palavras.

A Metalexigrafia surge como uma disciplina interdisciplinar que investiga não apenas a elaboração de dicionários, mas também as práticas, teorias e implicações sociais relacionadas à produção e uso desses recursos linguísticos. No contexto da linguagem de sinais, a Metalexigrafia tem um papel significativo na criação e desenvolvimento de vocabulário visual que reflete a cultura e identidade de uma comunidade surda específica.

Os psicólogos Capovilla, Raphael e Maurício (2013, p. 156) apresentam uma cronologia para a Lexicografia das línguas de sinais se divide em três fases: a fase pré-stokoeana; a fase stokoeana; e a fase pós-stokoeana.

Na fase pré-Stokoeana, que ocorreu antes dos trabalhos pioneiros de William Stokoe, a linguagem de sinais era amplamente considerada como uma forma inferior de comunicação, sem uma gramática complexa ou estrutura linguística. Como resultado, havia pouco interesse ou reconhecimento acadêmico das línguas de sinais como línguas legítimas. Durante esta fase, os estudos sobre línguas de sinais eram geralmente limitados e tendiam a se concentrar na descrição superficial dos gestos ou em tentativas de mapear as línguas de sinais para a estrutura da língua oral.

A fase Stokoeana marca um ponto de viragem significativo na Lexicografia das línguas de sinais, graças aos trabalhos pioneiros de William Stokoe na década de 1960. Stokoe, um linguista renomado, foi um dos primeiros a reconhecer e demonstrar que as línguas de sinais são línguas naturais e complexas, com uma

estrutura gramatical própria. Stokoe propôs um sistema de notação manual, conhecido como SignWriting, para representar graficamente os sinais das línguas de sinais. Ele também introduziu a ideia de que os sinais das línguas de sinais são compostos por elementos distintos, incluindo configuração de mão, movimento e ponto de articulação. Essa fase Stokoeana marcou o início da Lexicografia sistemática das línguas de sinais, com uma maior atenção sendo dada à descrição e análise detalhadas da gramática e do léxico das línguas de sinais.

A fase pós-Stokoeana refere-se ao período após os trabalhos de Stokoe e é caracterizada pelo crescimento e desenvolvimento contínuo da Lexicografia das línguas de sinais. Durante esta fase, houve uma expansão significativa no estudo das línguas de sinais, com um aumento no número de pesquisadores e estudos dedicados a essas línguas em todo o mundo. Além disso, avanços tecnológicos, como o uso de computadores e sistemas de notação digital, têm facilitado a documentação e análise das línguas de sinais, permitindo uma compreensão mais profunda de sua estrutura linguística e léxico. Essa fase pós-Stokoeana também testemunhou um maior reconhecimento e valorização das línguas de sinais como parte integrante da diversidade linguística e cultural global, levando a uma maior inclusão e respeito pela comunidade surda e suas línguas.

Como dito anteriormente, a Lexicografia é a técnica utilizada para a criação de repertórios lexicográficos. Dentre eles estão os dicionários, glossários e vocabulários (WELKER, 2006, p. 69).

Tuxi (2017) trata sobre a criação de dicionários de línguas de sinais, informa que:

A produção de dicionários na área de LS, desde sua origem, é realizada por não especialistas da área Lexicográfica. Isso é um fato. Ademais, como demonstramos no histórico do registro lexicográfico da LSB, as obras foram elaboradas por religiosos ou alunos e suas produções estruturadas no formato dicotômico dos dicionários antigos, ou seja, imagem em LS e registro da palavra escrita em língua oral, o que não corresponde a um trabalho Lexicográfico (Tuxi, 2017, p. 105).

Faulstich (2010) discorre sobre a Metalexigrafia e sua importância nos estudos dos dicionários, ela registra e compara os modos adotados nos dicionários procurando entender o desenvolvimento da criação dos dicionários:

A Metalexigrafia é um conjunto de operações lexicais que combinam forma e conteúdo para chegar ao significado de uma palavra. Para esse fim,

os procedimentos Metalexigráficos são de natureza durativa, porque analisam, sob o ponto de vista teórico, os conceitos básicos que servem à Lexicografia, antes de estes serem, na prática, empregados na elaboração de dicionários (Faulstich, 2010, p. 170).

Além da produção lexicográfica e de reflexões teóricas a seu respeito, há também trabalhos que visam à análise de dicionários de Libras. Entre eles, encontra-se o trabalho de Sofiato e Reily (2014), que analisam um conjunto de dicionários de Libras em suporte impresso. As autoras estabelecem um conjunto de parâmetros para sua análise que podem subsidiar a análise dos dicionários *on-line* selecionados na presente pesquisa. Os dois grandes grupos são:

a) Informações gerais: ano de publicação, autor/ilustrador/fotógrafo, local de publicação, quantidade de sinais apresentados, forma de indexação, léxico, textos introdutórios e textos complementares. b) Tratamento dado à informação visual: sistema de representação, características da figura-referência, gênero, aspecto e destaque às expressões faciais) e uso de recursos gráficos (Sofiato; Reily, 2014, p. 113).

Esses dois grupos podem corresponder, grosso modo, aos textos iniciais (ano de publicação, autor/ilustrador/fotógrafo, local de publicação, textos introdutórios e textos complementares), à macroestrutura (quantidade de sinais apresentados, forma de indexação) e à microestrutura (sistema de representação, características da figura-referência, gênero, aspecto e destaque às expressões faciais e uso de recursos gráficos), considerando inclusive os aspectos multimodais necessários à representação dos sinais e à compreensão de seu significado.

Martins (2017, p. 15) faz referência às razões pelas quais um aprendiz utiliza um dicionário. Em essência, ele busca “novas formas de relações entre forma e significado; novos significados para formas já conhecidas; a relação de forma e significado entre diferentes palavras e as regras e condições para o uso correto e aprofundado das palavras” (Martins, 2017, p. 15). A autora ressalta que a busca dessas informações serve tanto para suprir as necessidades de compreensão quanto de produção.

A Metalexigrafia desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da diversidade cultural, oferecendo ferramentas e metodologias para documentar e descrever o léxico de diferentes línguas e culturas. No contexto específico da região do Marajó e do açaí, a Metalexigrafia pode ser uma abordagem eficaz para preencher lacunas lexicais e promover uma representação linguística mais precisa e inclusiva desse elemento cultural tão importante para as

comunidades locais.

Podemos afirmar que a preservação cultural é um dos principais objetivos da Metalexigrafia, uma vez que a linguagem desempenha um papel central na transmissão e manutenção da cultura de um grupo ou comunidade. Ao documentar e descrever o léxico de uma língua, entendemos que a Metalexigrafia contribui para a preservação e revitalização de línguas minoritárias e para a valorização da diversidade linguística e cultural. Além disso, a Metalexigrafia pode ser utilizada como ferramenta para promover o reconhecimento e respeito às práticas linguísticas e culturais de grupos étnicos e comunidades locais.

Considerando o contexto da região do Marajó e a importância cultural do açaí, a Metalexigrafia pode ser uma abordagem valiosa para a proposição de sinais marajoaras para representar conceitos relacionados a esse alimento e fonte de recurso econômico. Ao analisar o léxico existente em línguas indígenas da região, bem como o vocabulário relacionado ao açaí na língua portuguesa, é possível identificar lacunas lexicais e propor novos termos e sinais que reflitam de forma mais precisa a diversidade e complexidade desse elemento cultural.

Como observamos nesse capítulo, a Metalexigrafia é importante para a criação de dicionários, e neste trabalho os resultados da pesquisa servirão para a criação de um vocabulário do açaí em Libras. E pra isso apresentamos no capítulo a seguir todo o percurso metodológico que foi utilizado nesta pesquisa.

## 6 PERCURSO METODOLÓGICO

Como foi explicitado no introito do trabalho, este estudo possui os seguintes objetivos:

### 6.1 OBJETIVO GERAL:

Compor um vocabulário do açaí marajoara em Libras.

### 6.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Delimitar em português brasileiro os vocábulos relacionados ao açaí, em especial os que circulam na Ilha de Marajó;
- 2) Verificar se há sinais e/ou variantes de sinais referentes aos vocábulos selecionados;
- 3) Para os sinais inexistentes, criar os sinais necessários e propô-los à Comunidade Surda;
- 4) A partir da validação da Comunidade Surda, organizar os vocábulos sinalizados para compor um vocabulário do açaí marajoara em Libras.

Com base na literatura referenciada, os objetivos específicos 1, 2 e 3 foram alcançados por meio de uma reunião realizada no dia 09 de agosto de 2023, na cidade de Breves, Ilha de Marajó, na sede do Instituto Mãos de Ouro. Nessa reunião, da qual participaram brasileiros surdos, assim como lideranças surdas da região, foram delimitados os 14 vocábulos do português brasileiro circulantes na Ilha de Marajó relacionados ao contexto do açaí; a partir dessa delimitação, foi verificada entre os participantes da reunião a existência ou não de sinais em Libras para tais vocábulos. Por fim, para os sinais inexistentes, ficou decidida a criação dos sinais referentes aos vocábulos do contexto açaí entre os partícipes da reunião, sinais esses que foram registrados e compilados pelo autor do trabalho em tela durante a reunião.

De posse dos resultados da reunião antes mencionada, o autor deu sequência ao objetivo específico 4, utilizando, para tanto, um formulário disponibilizado via *Google Forms*, direcionado à Comunidade Surda em geral (Surdos, Professores de Libras, Tradutores Intérpretes de Libras, entre outros) residentes no Arquipélago do Marajó. O formulário foi aplicado no período

compreendido entre 22 de novembro de 2023 e 22 de dezembro de 2023. A aplicação desse formulário teve por meta dar a conhecer os sinais propostos na reunião supracitada, assim como obter a concordância do maior número possível de representantes da Comunidade Surda para a validação dos sinais que viriam a compor o vocabulário do açaí marajoara em Libras. Em virtude disso, ao final do questionário, foi solicitada a concordância dos respondentes no que concerne ao fato de que, caso algum dos sinais apresentados no questionário não fosse (re)conhecido, os sinais propostos na reunião de 09 de agosto de 2023 e publicados no questionário em tela poderiam ser estabelecidos e chancelados pelo pesquisador, ao organizar o vocabulário do açaí marajoara em Libras como resultado de sua dissertação de mestrado junto ao PPGEL.

## 6.2 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO APLICADO

O questionário foi estruturado em 21 itens e está subdividido em três partes, a saber:

- ✓ Preâmbulo (cabeçalho com a apresentação da pesquisa e 01 pergunta)
- ✓ Perfil do participante (06 perguntas)
- ✓ Perguntas acerca do conhecimento dos sinais (13 perguntas)
- ✓ Concordância para validação dos sinais propostos (01 pergunta)

A seguir, explicitamos todas as perguntas constantes no questionário, de acordo com cada uma das quatro subdivisões antes referidas.

### 6.2.1 Perguntas constantes no questionário

#### 6.2.1.1 Apresentação e perguntas constantes no preâmbulo

- ✓ Cabeçalho com a apresentação da pesquisa: Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado que vem sendo realizada por Fabrício Martins Balieiro junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina - UEL, sob a orientação do Professor Doutor Otávio Goes de Andrade. O objetivo é verificar as variantes dos

seguintes sinais-termo<sup>5</sup>: AÇAÍ, AÇAIZAL, AÇAÍ AZEDO, AÇAÍ BRANCO, AÇAÍ FINO, AÇAÍ GROSSO, APANHAR AÇAÍ, BATEDEIRA DE AÇAÍ, CHURAMBA/CHULA, DEBULHAR AÇAÍ, PECONHEIRO, ROER AÇAÍ, SERVIR AÇAÍ.

- ✓ 1) Está ciente de que esse questionário destina-se a Professores de Libras, Tradutores, Intérpretes de Libras, Alunos de Letras Libras, Familiares de Surdos e Comunidade surda em geral, residentes em uma das 17 cidades do Arquipélago do Marajó /PA.

#### 6.2.1.2 Perguntas sobre o perfil do participante (06 perguntas)

- ✓ 2) Qual seu sexo?
- ✓ 3) Qual sua idade?
- ✓ 4) Qual sua Etnia?
- ✓ 5) Em que cidade do Marajó você mora?
- ✓ 6) Você é Surdo (a), Tradutor (a), Intérprete de Libras, Acadêmico de Letras Libras, Professor de Libras, Familiar de pessoas surdas ou comunidade surda em Geral?
- ✓ 7) Qual a sua formação acadêmica?

#### 6.2.1.3 Perguntas acerca do conhecimento dos sinais propostos (13 perguntas)

- ✓ 8) Na sua cidade, qual dos dois sinais de açaí é usado?
- ✓ 9) Você já tinha visto esse sinal para "açaí branco"?
- ✓ 10) Você já tinha visto esse sinal para "açaí grosso" em Libras?
- ✓ 11) Você já tinha visto esse sinal para "açaí fino" em Libras?
- ✓ 12) Você já tinha visto esse sinal para "açaí azedo" em Libras?
- ✓ 13) Você já tinha visto esse sinal para "churamba/ chula" em Libras?
- ✓ 14) Você já tinha visto esse sinal para "batedeira de açaí" em Libras?
- ✓ 15) Você já tinha visto esse sinal para "açaizal" em Libras?
- ✓ 16) Você já tinha visto esse sinal para "servir açaí" em Libras?
- ✓ 17) Você já tinha visto esse sinal para "roer açaí" em Libras?

<sup>5</sup> Em sessão de qualificação, foi indicado que em lugar de "sinal-termo" fosse utilizado apenas "sinal".

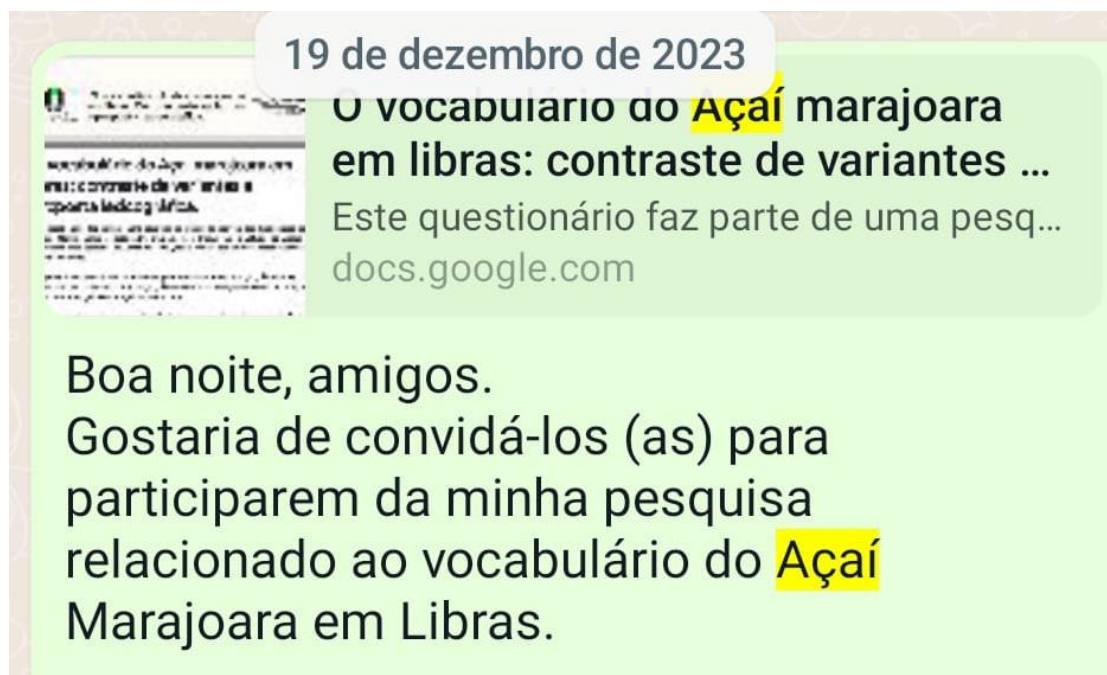
- ✓ 18) Você já tinha visto esse sinal para "peconheiro" em Libras?
- ✓ 19) Você já tinha visto esse sinal para "apanhar/tirar" em Libras?
- ✓ 20) Você já tinha visto esse sinal para "debulhar açaí" em Libras?

#### 6.2.1.4 Pergunta sobre a concordância para a validação dos sinais (01 pergunta)

- ✓ 21) No dia 09 de agosto de 2023, ocorreu uma reunião com lideranças surdas no instituto Mãos de Ouro, Breves - Ilha de Marajó/PA. Na ocasião, ficou decidida a criação de alguns sinais-termos referentes ao contexto do açaí. Concorda que, caso algum desses sinais não seja conhecido, possa ser estabelecido?

Após a estruturação das perguntas no formulário *on-line* do *Google Forms*, foi criado um *link* para o questionário, considerando as formas atuais de comunicação rápida optamos por enviar o link para preenchimento do questionário via WhatsApp, conforme mostra a figura a seguir.

**Figura 10** – Print do envio do link do formulário



**Fonte:** Dados da Pesquisa

A seguir, apresentamos a tabulação dos dados e discorremos sobre os resultados obtidos com a aplicação do questionário.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada com os residentes de 17 cidades do arquipélago do Marajó, à saber: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Quanto à apresentação dos resultados da pesquisa, detalharemos o perfil dos entrevistados e, posteriormente, exibiremos os gráficos com os resultados de cada pergunta, proporcionando uma análise geral dos resultados.

### 7.1 RESULTADOS SOBRE O PREÂMBULO

Abaixo, temos na Figura 11 o primeiro item do questionário que é onde o entrevistado confirma que pertencem ao público-alvo da pesquisa.

**Figura 11** – Ciência dos sujeitos da pesquisa



**Fonte:** autor da pesquisa

Como se pode constatar, todos os 111 participantes que responderam ao questionário identificam-se como público-alvo da pesquisa.

## 7.2 RESULTADOS SOBRE O PERFIL DO PARTICIPANTE

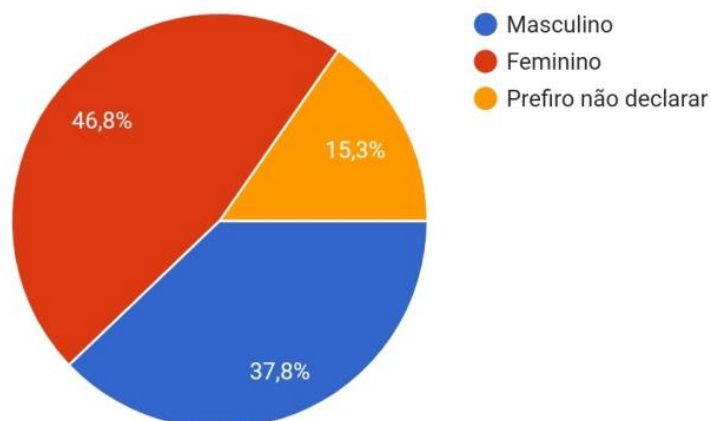
Neste item, apresentamos o perfil dos entrevistados, no que se refere a sexo, idade, etnia, residência, formação acadêmica, categorias (surdo/surda, tradutor e intérprete, professores de Libras, familiar de surdo/surda, comunidade surda em geral, Acadêmicos de Letras Libras). O total de respondentes foi de 111 pessoas.

Enquanto ao sexo, podemos observar no Gráfico 1 que 46,8% dos entrevistados se identificaram como do sexo feminino, 37,8% responderam ser do sexo masculino e 15,3% preferiram não declarar.

**Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados**

### Qual seu sexo?

111 respostas



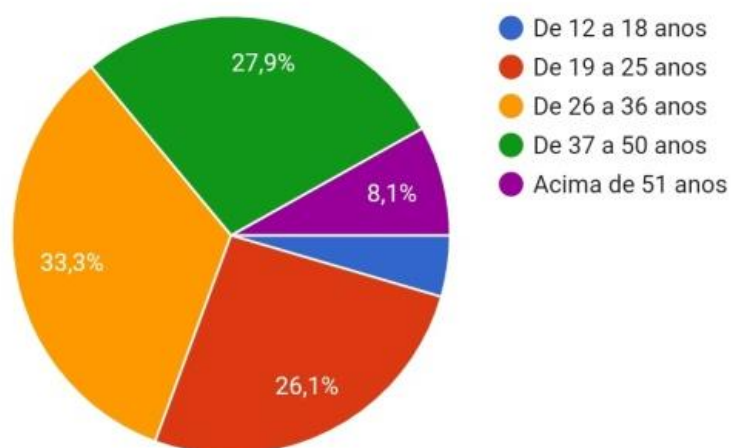
**Fonte:** autor da pesquisa

Referente à idade dos participantes da pesquisa, constatou-se que 2,6% possuem de 12 a 18 anos, 8,1% tem idade acima de 51 anos, 26,1% estão com idade de 19 a 25 anos, 27,9% tem de 37 a 30 anos e 33,3% possuem de 26 a 36 anos. Podemos observar no gráfico 2:

**Gráfico 2 – Idade dos entrevistados**

### Qual sua IDADE?

111 respostas



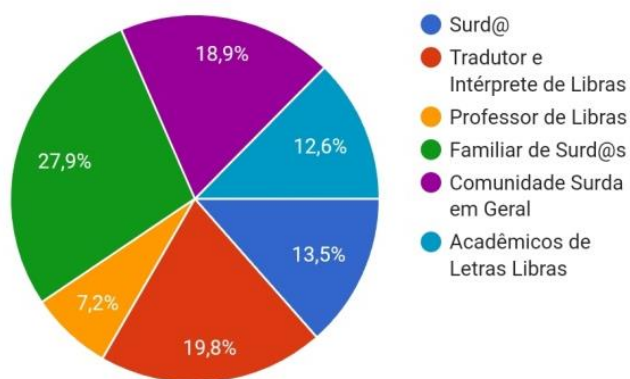
**Fonte:** autor da pesquisa

No gráfico 3, podemos observar as diversas categorias em que foi dividido o público-alvo da pesquisa: 7,2% dos participantes desse estudo são professores de Libras, 12,6% são acadêmicos dos cursos de Letras e Libras, 13,5% são pessoas surdas, 18,9%, Comunidade surda em geral, 19,8% são Tradutores e Intérpretes de Libras e 27,9% são familiares de surdas.

**Gráfico 3** – Categoria dos entrevistados

**Você é Surdo (a), Tradutor (a), Intérprete de Libras, Acadêmico de Letras Libras, Professor de Libras, Familiar de pessoas surdas ou comunidade surda em Geral?**

111 respostas



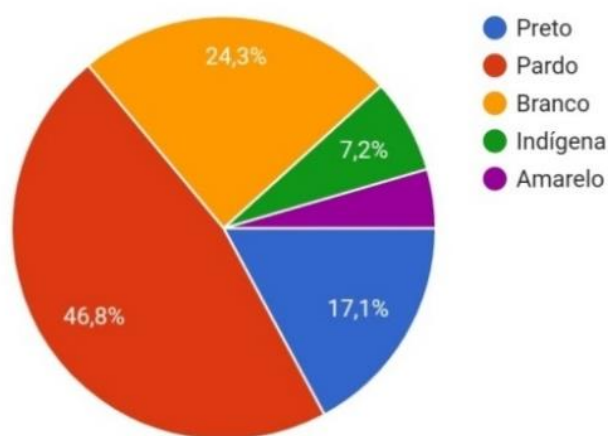
**Fonte:** autor da pesquisa

Quanto à etnia dos mesmos, constatou-se que apenas 4,6% identificam-se como Amarelo, 7,2% se identifica como Indígena, 17,1% se identifica como Preto, 24,3% como Branco e 46,8% se identificam como Pardo, representando, assim, a maior parcela dos participantes da pesquisa. Podemos observar no Gráfico 4.

**Gráfico 4** – Etnia dos entrevistados

### Qual sua ETNIA?

111 respostas



**Fonte:** autor da pesquisa

Referente à cidade de residência dos participantes da pesquisa organizamos na Tabela 6. E em resumo, podemos constatar que a maioria dos entrevistados moram na cidade de Portel com uma porcentagem de 14,4%, em segundo lugar, temos a cidade de Breves com um percentual de 13,5%. Os percentuais nas outras cidades ficaram entre 3,6% e 6,3%.

**Quadro 6 – Cidade de residência dos entrevistados**

<b>Nº</b>	<b>Cidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
01	Afuá	5	4,5%
02	Anajás	4	3,6%
03	Bagre	7	6,3%
04	Breves	15	13,5%
05	Cachoeira do Arari	6	5,4%
06	Chaves	6	5,4%
07	Curralinho	6	5,4%
08	Gurupá	4	3,6%
09	Melgaço	6	5,4%
10	Muaná	7	6,3%
11	Oeiras do Pará	5	4,5%
12	Ponta de Pedras	5	4,5%
13	Portel	16	14,4%
14	Salvaterra	5	4,5%
15	Santa Cruz do Arari	4	3,6%
16	São Sebastião da Boa Vista	4	3,6%
17	Soure	7	6,3%

**Fonte:** Dados da pesquisa

Sobre a formação acadêmica dos participantes, percebeu-se que 14,4% possuem especialização completa, 23,4% possui ensino superior completo, 15,3% tem ensino superior incompleto, 22,5% tem o ensino médio completo e 7,2% tem ensino médio incompleto. Podemos observar na tabela 7. Em resumo, a maioria dos entrevistados possui o ensino superior completo. Em segundo lugar, temos as pessoas que possuem o ensino médio completo, sendo que a minoria dos entrevistados (apenas 1 pessoa) possui apenas o ensino fundamental incompleto e, em penúltimo lugar, os que possuem doutorado e mestrado completo (4 pessoas)

**Quadro 7** – Formação acadêmica dos entrevistados

<b>Grau de instrução</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Ensino Fundamental incompleto	1	0,9 %
Ensino Fundamental completo	2	1,8 %
Ensino médio incompleto	8	7,2 %
Ensino médio completo	25	22,5%
Ensino superior incompleto	17	15,3 %
Ensino superior completo	26	23,4%
Especialização incompleta	5	4,5 %
Especialização completa	16	14,4 %
Mestrado incompleto	3	2,7 %
Mestrado completo	2	1,8 %
Doutorado incompleto	4	3,6 %
Doutorado completo	2	1,8 %

**Fonte:** Dados da pesquisa

A tabulação dos dados referentes ao perfil dos 11 participantes nos permite afirmar que o questionário teve um alcance significativo e representa a Comunidade Surda em sua amplitude, referendando o vocabulário que ora propomos.

### 7.3 RESULTADOS ACERCA DOS SINAIS PROPOSTOS

Neste item, apresentamos os resultados referentes às perguntas relacionadas a cada sinal. Cada sinal foi apresentado por meio de um vídeo que pode ser visualizado através do qrcode que estará localizado sempre ao lado de cada gráfico.

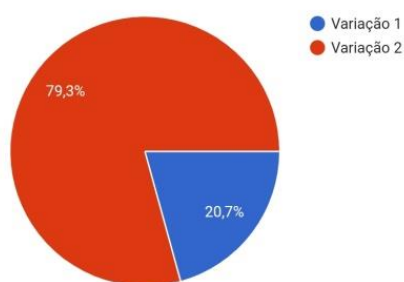
Para o primeiro sinal, aos participantes da referida pesquisa foi apresentado duas variantes para o sinal “Açaí”, os mesmo deveriam responder qual das variantes ocorrem em suas respectivas cidades, desse modo verificou-se que 20,7% reconhecem a variação 1 e 79,3% a variante 2.

**Gráfico 5 – Sinal de Açaí**

NA SUA CIDADE, QUAL DOS  
DOIS SINAIS DE AÇAÍ É  
USADO?

[Clique aqui para ver as  
variações do sinal "Açaí"](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

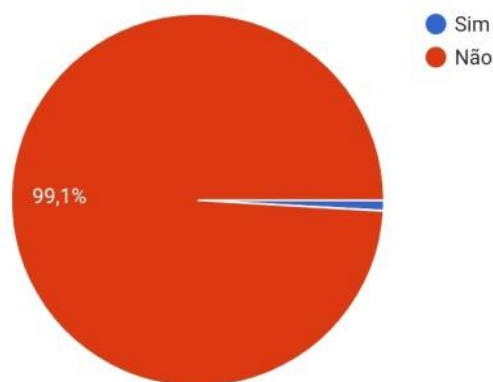
Para o sinal “Açaí Azedo”, foi apresentado apenas um sinal e como resultado 99,1% dos entrevistados não conheciam o sinal.

**Gráfico 6** – Sinal Açaí Azedo

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "AÇAÍ AZEDO" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "AÇAÍ AZEDO" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

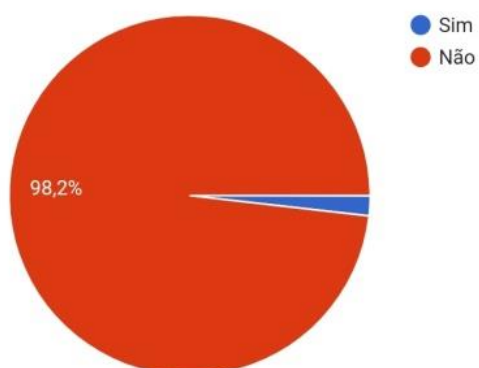
Para o sinal “Açaizal”, tivemos o resultado de que 98,2% dos entrevistados não conheciam o sinal da forma que foi executado.

**Gráfico 7 – Sinal Açaizal**

VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "AÇAIZAL" EM LIBRAS?

[Clique aqui para ver o sinal de "AÇAIZAL" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

Para o sinal “Açaí branco”, foram apresentadas duas variantes e perguntou-se aos entrevistados se eles reconheciam alguma das variantes e como resultado constatou-se que 0,8% conheciam o sinal e que 98,2% dos participantes não conheciam o sinal apresentado.

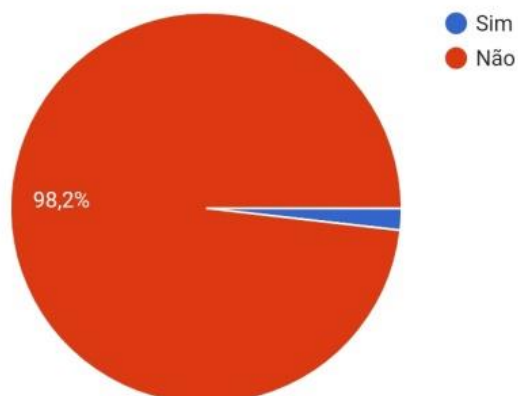
**Gráfico 8 – Sinal Açaí Branco**

VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "AÇAÍ BRANCO"?

[Clique aqui para ver o sinal de "AÇAÍ BRANCO" em Libras.](#)

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE

111 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

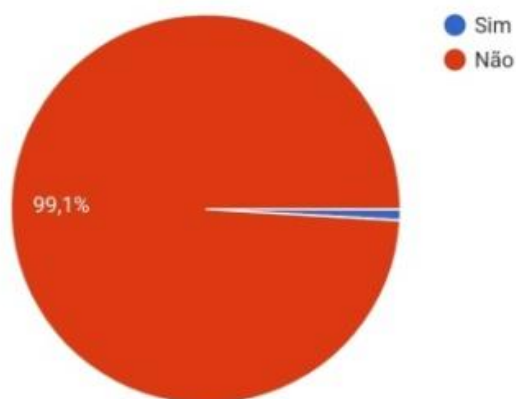
Foi apresentado a eles os sinais para a “Açaí Fino” 99,1% não conheciam os sinais que foram executados.

**Gráfico 9 – Sinal Açaí Fino**

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "AÇAÍ FINO" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "AÇAÍ FINO" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

Em seguida, foi apresentado o sinal para “Açaí Grosso” e 100% dos participantes conheciam o mesmo.

**Gráfico 10 – Sinal Açaí Grosso**

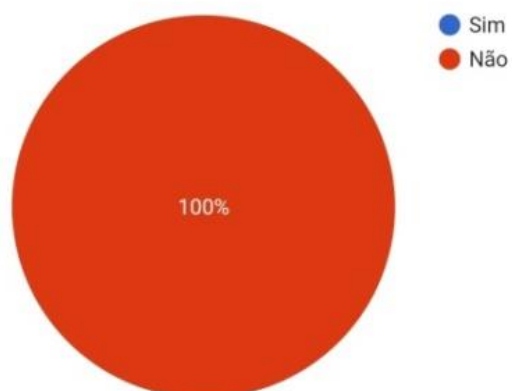
**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "AÇAÍ GROSSO" EM LIBRAS?**



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE

[Clique aqui para ver o sinal de "AÇAÍ GROSSO" em LIBRAS.](#)

111 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

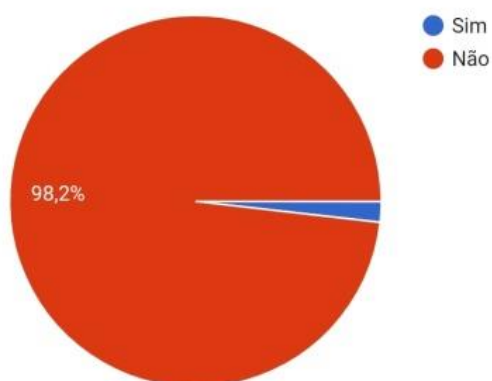
Consecutivamente, questionou-se aos participantes da pesquisa se conheciam o sinal apresentado para “Apanhar/Tirar açaí” e 98,2% não reconheciam.

**Gráfico 11 – Sinal Apanhar/Tirar açaí**

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "APANHAR/TIRAR" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "APANHAR/TIRAR AÇAÍ" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

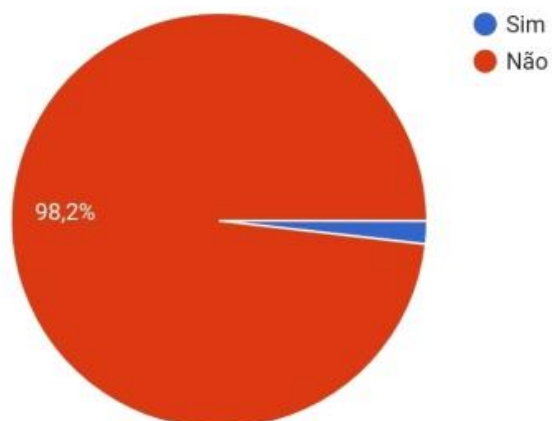
Posteriormente, foi realizado para eles o sinal para “Batedeira de Açai” e 98,2% não tinham visto o sinal apresentado.

**Gráfico 12** – Sinal Batedeira de Açai

VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "BATEDEIRA DE AÇAÍ" EM LIBRAS?

[Clique aqui para ver o sinal de "BATEDEIRA DE AÇAÍ" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

Posteriormente, foi realizado para eles o sinal para “Churamba/Chula” e 99,1% não tinham visto o sinal apresentado.

**Gráfico 13 – Sinal Churamba/Chula**

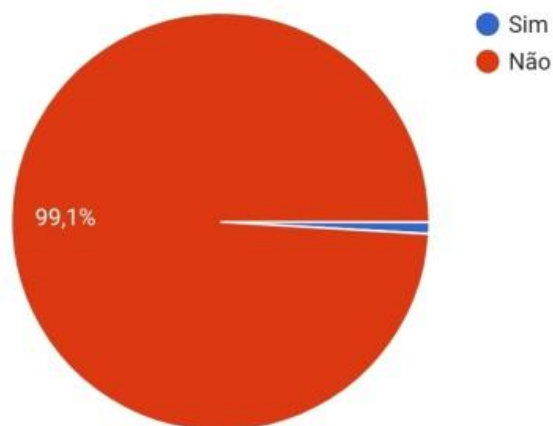
**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "CHURAMBA/CHULA" EM LIBRAS?**



[Clique aqui para ver o sinal de "CHURAMBA/CHULA" em LIBRAS.](#)

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE

111 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

Ao serem perguntados se conheciam sinal executado para “Debulhar açai” 99% dos participantes não conheciam o mesmo.

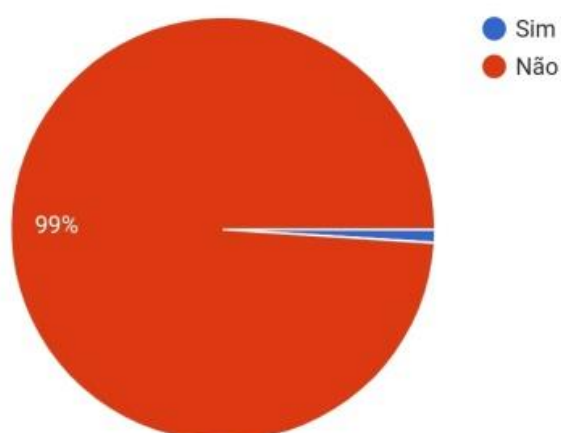
**Gráfico 14** – Sinal Debulhar açai

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "DEBULHAR AÇAI" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "DEBULHAR AÇAI" em LIBRAS.](#)

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE

100 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

Perguntou-se também se os entrevistados conheciam o sinal para “Peconheiro” e 99,1% desconheciam o sinal.

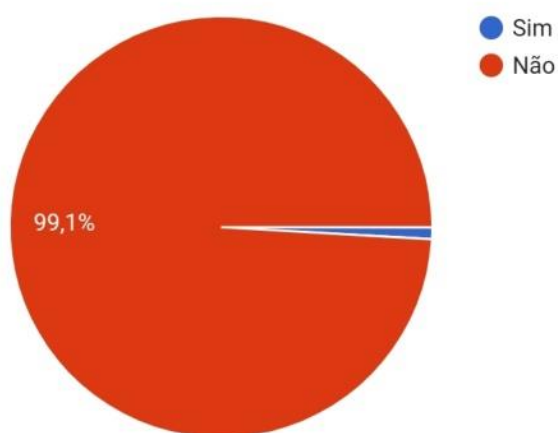
**Gráfico 15 – Sinal Peconheiro**

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "PECONHEIRO" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "PECONHEIRO" em LIBRAS.](#)

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE

111 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

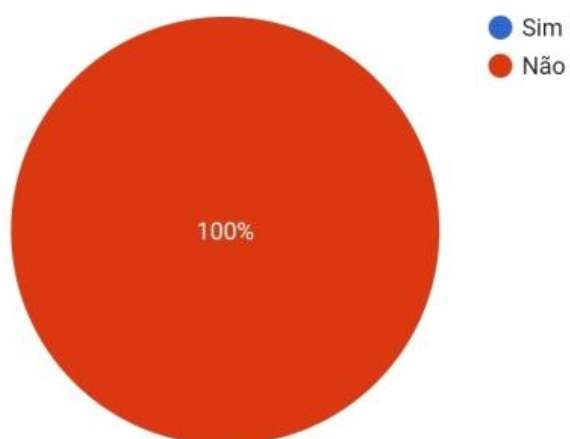
Logo após, foi apresentado o sinal para “Roer açai” e 100% dos entrevistados não conheciam o referido sinal.

**Gráfico 16** – Sinal Roer açai

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "ROER AÇAÍ" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "ROER AÇAÍ" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

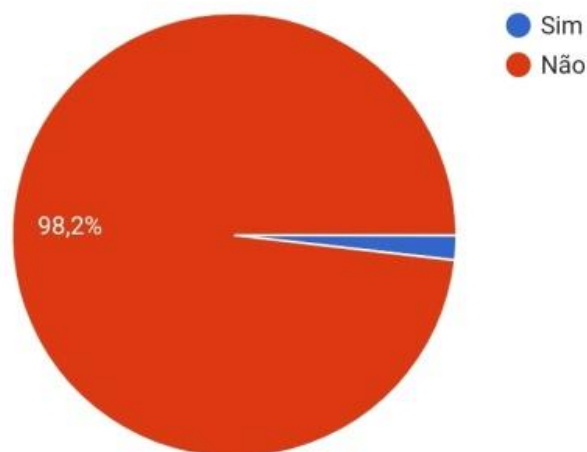
Logo após, foi apresentado o sinal para “Servir Açaí” e 98,2% dos entrevistados não conheciam o referido sinal.

**Gráfico 17 – Sinal Servir Açaí**

**VOCÊ JÁ TINHA VISTO ESSE SINAL PARA "SERVIR AÇAÍ" EM LIBRAS?**

[Clique aqui para ver o sinal de "SERVIR AÇAÍ" em LIBRAS.](#)

111 respostas



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

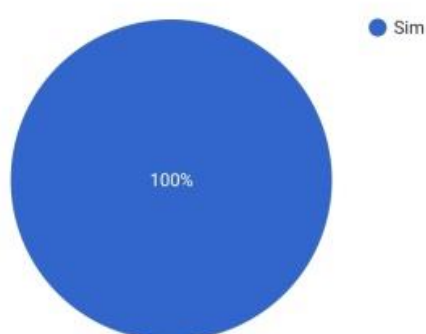
## 7.4 RESULTADOS SOBRE A CONCORDÂNCIA PARA A VALIDAÇÃO

Para finalizar a pesquisa e concretizar a criação de um vocabulário do açaí marajoara, foi perguntado aos participantes da pesquisa se concordavam que os sinais menos conhecidos pudessem ser estabelecidos/ constituído como sinais específicos. Nesse momento todos os 111 participantes concordaram. Como visto na figura a seguir.

**Gráfico 18** – Concordância sobre a criação dos sinais

NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2023. OCORREU UMA REUNIÃO COM LIDERANÇAS SURDAS NO INSTITUTO MÃOS DE OURO, BREVES - ILHA DE MARAJÓ/PA. NA OCASIÃO FICOU DECIDIDA A CRIAÇÃO DE ALGUNS SINAIS TERMOS REFERENTES AO CONTEXTO AÇAÍ. CONCORDA QUE, CASO ALGUM DESSES SINAIS NÃO SEJA CONHECIDO, POSSA SER ESTABELECIDO?

111 respostas



**Fonte:** Dados da Pesquisa

A tabulação dos dados demonstra que todos os sinais que não apresentavam variação eram desconhecidos pelos participantes da pesquisa. No que tange ao sinal do açaí, a duas variantes apresentadas alcançaram o seguinte percentual: **Varição 1:** 20,7%; **Varição 2:** 79,3%. Levando em consideração esse dado, podemos afirmar que o sinal de açaí de variação 2 e todos os demais sinais propostos podem ser estabelecidos como sinais para que passem a ser utilizados pela comunidade surda em todo o marajó, assim também podem ser repassados para os ouvintes. Dessa forma, este trabalho contribuirá para a ampliação da LIBRAS e a valorização da cultura regional, possibilitando a efetiva inclusão da comunidade surda na sociedade marajoara.

Os resultados antes apresentados demonstram que a Libras, por ainda não contemplar todas as necessidades léxicas para a comunicação e a expressão da comunidade surda marajoara, deve levar em consideração as especificidades da região para a construção e a consolidação de seu vocabulário, como pudemos comprovar pela ausência de sinais referentes ao açaí na região. Desta forma, ao propormos à Comunidade Surda um conjunto de sinais relativos ao vocabulário do açaí marajoara, acreditamos ter preenchido uma lacuna linguística importante para essa comunidade. Pautados nesses resultados e discussão, compusemos o vocabulário do açaí marajoara, que será apresentado a seguir, de forma detalhada, por intermédio do uso de imagens e da descrição detalhada dos movimentos para a realização de cada um dos sinais propostos.

## 7.5 DETALHAMENTO SOBRE CONSTRUÇÃO DOS VERBETES

A construção dos sinais propostos em Libras levou em consideração o fato de que um item lexical nesse idioma se constrói a partir de 5 parâmetros. Nesse sentido, a Fonética e a Fonologia são relevantes, pois estudam as unidades mínimas que formam os sinais e que, isoladamente, não apresentam nenhum significado (Quadros; Karnopp, 2004, 21). Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 31), essas duas áreas se relacionam, já que possuem o mesmo objeto de estudo, porém, sob pontos de vista diferentes. Quadros e Karnopp (2004, p.44) propõem a decomposição dos sinais dessa língua em três parâmetros: a *configuração de*

*mão* (CM), a *locação da mão* (L) e o *movimento da mão* (M). Deste modo, consideram esses parâmetros como unidades mínimas de formação dos sinais, tais como os fonemas nas línguas orais.

A partir dos trabalhos desenvolvidos por Stokoe, outros parâmetros foram adicionados à fonologia das Línguas de Sinais: a *orientação da mão* (Or) e as *expressões não-manuais* (ENM), hoje chamadas de expressões Corporais/Faciais (Quadros; Karnopp, 2004, p.70).

Portanto, para a melhor compreensão da realização dos sinais propostos, apresentamos as abreviações utilizadas nos verbetes e seus devidos significados:

- CM – Configurações de Mãos: A forma em que a mão ou as mãos assumem para a realização do sinal;
- PA – Ponto de Articulação (Antes chamada de “L” Locação): É o lugar do espaço ou do corpo em que o sinal será realizado;
- M – Movimento: É o deslocar do braço durante a realização de um sinal;
- O – Orientação: É a direção da palma da mão durante a realização de um sinal;
- E.F/C – Expressão Corporal ou Facial: É a forma que o rosto expressa ou o corpo expressa determinada ação ou emoção.

Diante do exposto, apresentamos o vocabulário do açaí marajoara em LIBRAS, estruturado em verbetes para cada um dos referidos sinais, com base nos 5 parâmetros.

## 8 VOCABULÁRIO DO AÇAÍ MARAJOARA EM LIBRAS

### 8.1 SINAL DE AÇAÍ.

**Açaí** – Fruto em formato de pequenas esferas de coloração arroxeada ou esverdeada, do qual, após ser colocado em água morna, pode ser extraída a sua polpa para ser consumida de diversas formas.

**Variação 1** - O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – sorrir.

**Variação 2** - O segundo sinal apresentado segue os seguintes parâmetros: C.M – Ambas as mãos iniciando com dedos separados, curvados e culminando com a letra “A” do alfabeto manual, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – retilíneo para frente, O – Palmas das mãos para baixo (Classificador - Amassar o açaí com as mãos) e E. F/C – sorrir.

**Figura 12** – Variações do sinal do Açaí.



Variação: 1



Variação: 2

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



## 8.2 SINAL DE AÇAIZAL

**Açaizal** – Plantação de árvores de açai.

O Sinal apresentado na figura abaixo é realizado da seguinte forma: C.M (mão dominante) – dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Retilíneo para o lado, O – Palmas das mãos para frente e para trás e E. F/C – Soprar e franzir a sobrancelha.

**Figura 13** - Sinal de açaizal.



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

### 8.3 SINAL DE AÇAÍ AZEDO

**Açaí Azedo** – Açaí que está entrando em estado de fermentação.

O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – sorrir. O segundo sinal apresentado na figura seguinte é referente à palavra “Azedo”, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – dedo indicador esticado, P.A – Bochecha, M – Girar o dedo, O – Inicialmente, palma da mão para frente e finalizando com palma da mão para dentro e E. F/C – franzir as sobrancelha e comprimir os lábios.

**Figura 14** - Sinal de açaí azedo



Figura 1



Figura 2

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

#### 8.4 SINAL DE AÇAÍ BRANCO.

**Açaí Branco** – Polpa de açaí de coloração esverdeada.

O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – Sorrir. A segunda figura faz alusão à palavra “Branco” e é sinalizado da seguinte forma: C.M ( mão dominante na letra “V” e mão de apoio em “S” do alfabeto manual), P.A - Espaço Neutro a frente do corpo, M – Retilíneo para frente a para trás, O - Palmas das mãos para baixo ( riscando a lama dos dedos das mãos dominante, no dorso da mão de apoio ) e E. F/C – Sorrir.

**Figura 15** - Sinal de açaí branco

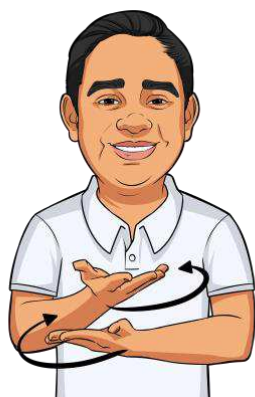


Figura 1

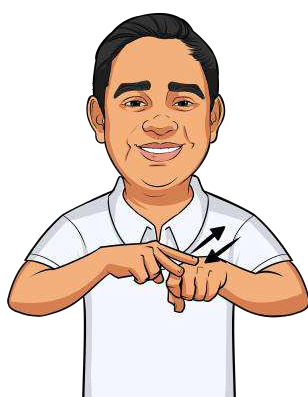


Figura 2

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

## 8.5 SINAL DE AÇAÍ FINO

### **Açaí Fino** – Suco de açaí.

Esse sinal é composto por três expressões, “açaí, água e fino”, O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – Sorrir. A segunda figura apresenta o sinal referente à palavra “água” e é sinalizado da seguinte maneira: C.M - Mão dominante na letra “L”, do alfabeto manual, P.A - Espaço Neutro a frente do queixo, M – retilíneo, bidirecional (apenas do dedo indicador”, O - Palma da mão para o lado oposto a mão dominante ( tocar a ponta do dedo polegar no queixo ) e E. F/C – franzir a testa . E a terceira e ultima figura, representar a palavra “fino”, sendo assim, sinalizada da seguinte maneira: C.M – Ambas as mãos com dedos unidos, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – semicircular para os lados, O – Palma da mãos para cima (riscar os dedos indicadores nos demais dedos e depois abrir as mãos) e E. F/C – franzir a testa e comprimir os lábios).

**Figura 16** - Sinal de açaí fino



Figura 1



Figura 2



Figura 3

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



## 8.6 SINAL DE AÇAÍ GROSSO

### **Açaí Grosso** – Polpa de açaí.

O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – sorrir. A figura seguinte faz alusão à palavra “Grosso”, sendo sinalizada da seguinte forma: C.M – Mão dominante na letra “S”, do alfabeto manual, P.A – Lado do queixo, M – retilíneo, O – Palma da mão para dentro (tocando duas vezes ao lado do queixo) e E. F/C – franzir a sobrancelha e inflar a bochecha.

**Figura 17** - Sinal de açaí grosso

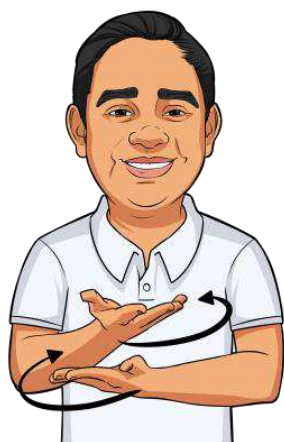


Figura 1



Figura 2

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

## 8.7 SINAL DE APANHAR AÇAÍ / TIRAR AÇAÍ

**Apanhar Açaí** – Subir na árvore de açaí para retirar os cachos que possuem os caroços.

O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente a “Subir, Cortar, Puxar”, sendo esses considerados como classificadores. Nesse momento iremos descrever cada um deles. O primeiro, subir, é constituído da seguinte forma; C.M - Inicialmente, ambas as mãos estarão com dedos separados e curvados (com a letra “c” do alfabeto manual) e concluindo com a mão na letra “S” do alfabeto manual, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – semicircular para cima (simular subir em uma arvore), O – Palma com palma e E. F/C – fazer força. A segunda, Cortar, é constituído da seguinte forma; C.M – Mão dominante com dedos esticados e unidos, mão de apoio em “C” – do alfabeto manual (a mão de apoio estará simulando segurar na arvore) P.A – Espaço neutro a frente do corpo, M – retilíneo para frente (simular cortar o cacho de açaí) , O – Palma da mão para o lado esquerdo e E.F/C - franzir a sobancelha. E a terceira e ultima figura representa a palavra “PUXAR”, sendo realizada da seguinte forma: C.M - Inicialmente, mão dominante com dedos esticados e separado e concluindo com a mão na letra “S” do alfabeto manual, P.A – Espaço neutro na altura da cabeça e no lado dela., M – retilíneo para baixo (simular puxar algo), O – Palma da mão para a frente e E. F/C – fazer força. A mão de apoio estará com a C.M em “C”, letra do alfabeto manual, P.A – Espaço neutro a frente do corpo, M – não há movimento, O – palma da mão o lado da mão dominante (simular segurar a arvore de açaí).

**Figura 18 - Sinal de apanhar açaí**

Figura 1



Figura 2



Figura: 3

**Fonte:** Dados da Pesquisa

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



## 8.8 SINAL DE BATEDEIRA DE AÇAÍ

**Batedeira de Açaí** – Máquina utilizada para a extração da polpa do açaí. Essa expressão também é usada para o lugar onde se vende a polpa do fruto.

Esse sinal é composto por cinco expressões, “lugar, vender, açaí, bandeira, vermelha”, O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente a “lugar”, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com apenas os dedos polegar e indicador curvados ( formando a letra “c” com os dedos citados), P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Retilíneo para baixo, O – Palmas com palma e E. F/C – Neutra. O segundo sinal apresentado na figura 2, faz referencia a palavra ao verbo “vender”, sendo realizado da seguinte maneira: C.M – Inicialmente as pontas os dedos polegares, de ambas as mãos, estarão tocando as pontas dos dedos médios, e para finalizar os dedos médios se desprenderão dos dedos polegares e se juntaram com os demais dedos que estão esticados. P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Retilíneo para frente (apenas dos dedos médios”, O – Palmas com palma e E. F/C – Neutra. O terceiro sinal representa a palavra “açaí” e é constituído dos seguintes parâmetros: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – sorrir. O quarto sinal representa a palavra “bandeira” e é constituído da forma seguinte: C.M – mão dominante, dedos separados e unidos, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – sinuoso ( Classificador: o vento balançando a bandeira) O – Palma da mão para o lado oposto da mão (na figura, a mão dominante é a direita, sendo assim, a palma da mão esta para o lado esquerdo) E. F/C – Neutra. A mão de apoio assume os seguintes parâmetros: C.M – Dedos esticados e unidos, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Não há movimento, O – Palma da mão para baixo (tocar o cotovelo da mão dominante no dorso da mão de apoio” O quinto e ultimo sinal representa a palavra “vermelho” e é constituído dos seguinte parâmetros: C.M Inicialmente, a mão dominante estará com o dedo indicador esticado, culminando com o dedo curvado em formato da letra “x” do alfabeto manual, P.A – A frente dos lábios, M – Circular, retilíneo para baixo, O – Palmas das mãos para dentro e E. F/C – sorrir.

**Figura 19 - Sinal de bateadeira de Açai**

Figura 1



Figura 2



Figura: 3



Figura 4



Figura 5

**Fonte:** Dados da Pesquisa

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



## 8.9 SINAL DE CHURAMBA

**Churamba** – Suco de açaí de consistência parecida com a de uma água saborizada.

Esse sinal é composto por duas expressões, “água e açaí”, O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente a “água”, sendo esse realizado da seguinte forma: A primeira figura apresenta o sinal referente à palavra “água” e é sinalizado da seguinte maneira: C.M - Mão dominante na letra “L”, do alfabeto manual, P.A - Espaço Neutro a frente do queixo, M – retilíneo, bidirecional (apenas do dedo indicador”, O - Palma da mão para o lado oposto a mão dominante ( tocar a ponta do dedo polegar no queixo ) e E. F/C – franzir a testa. A segunda figura apresentada na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – Sorrir.

**Figura 20** - Sinal de churamba



Figura 1



Figura 2

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



**Fonte:** Dados da Pesquisa

## 8.10 SINAL DE DEBULHAR AÇAÍ

**Debulhar Açaí** – Retirar os caroços do cacho do açaí.

É válido citar que para a realização desse sinal é necessário o uso do classificador (ato de extrair o caroço do açaí, de sua “penca”). Mas, usando os parâmetros, podemos descrevê-lo da seguinte forma: C.M – Mão dominante na letra “o” do alfabeto manual e a mão de apoio com dedos esticados e separados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Retilíneo para baixo (iniciando no dedo mínimo e culminando no dedo indicador, O – Palma da mão para o lado da mão de apoio (mão dominante), a mão de apoio estará com palma na vertical.

**Figura 21** - Sinal de debulhar açaí



PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



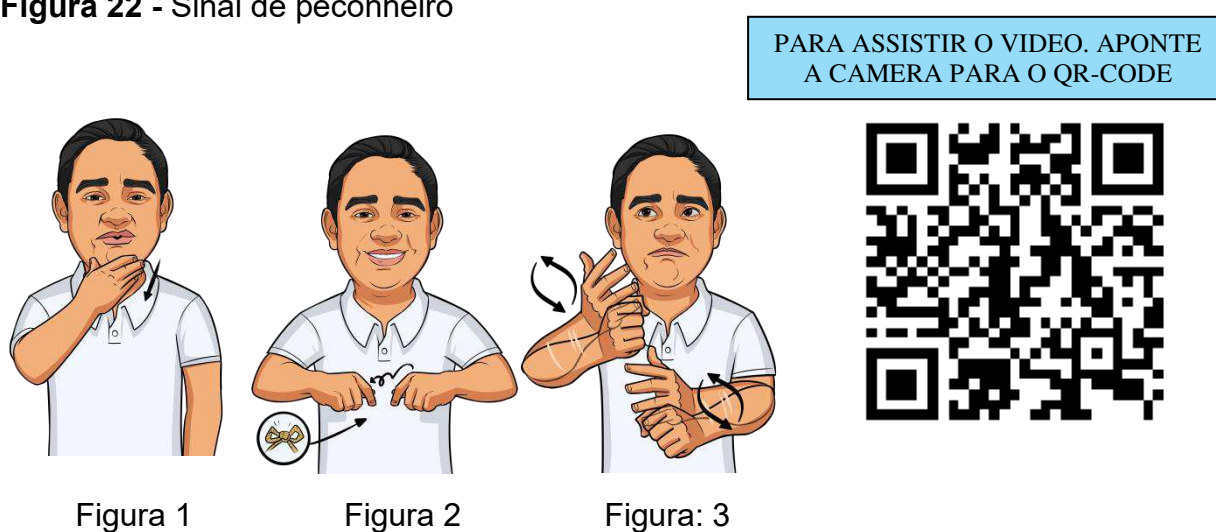
**Fonte:** Dados da Pesquisa

## 8.11 SINAL DE PECONHEIRO.

**Peconheiro** – Pessoa que sobe na árvore para apanhar o açaí e que, geralmente, usa um acessório feito com folhas da árvore denominada de peconha.

Esse sinal é composto por três expressões, “homem, peconha e subir”, O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente a palavra “homem”, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Na letra “c” do alfabeto manual, P.A – Queixo, M – retilíneo para baixo, O – Palma da mãos para cima (tocando o queixo) e E. F/C – Neutra. O segundo sinal apresentado na figura abaixo é referente a palavra “peconha”, sendo esse realizado por meio do classificador (amarra algo). O terceiro e ultimo sinal apresentado na figura abaixo é referente a “Subir, Cortar, Puxar”, sendo esses considerados como classificadores. Nesse momento iremos descrever cada um deles. O primeiro, subir, é constituído da seguinte forma; C.M - Inicialmente, ambas as mãos estarão com dedos separados e curvados (com a letra “c” do alfabeto manual) e concluindo com a mão na letra “S” do alfabeto manual, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – semicircular para cima (simular subir em uma arvore), O – Palma com palma e E. F/C – fazer força.

**Figura 22** - Sinal de peconheiro



**Fonte:** Dados da Pesquisa

## 8.12 SINAL DE ROER AÇAÍ

**Roer Açaí** – Retirar a polpa do caroço açaí com os dentes.

O primeiro sinal apresentado na figura abaixo é referente ao Açaí, sendo esse realizado da seguinte forma: C.M – Ambas as mãos com dedos separados e esticados, P.A – Espaço Neutro a frente do corpo, M – Circular, simultâneo, ultrapassando a mão dominante sobre a mão de apoio, O – Palmas das mãos para cima e E. F/C – sorrir. As duas figuras seguintes são classificadores (pegar um caroço do açaí de uma tigela e em seguida levar até os dentes”.

**Figura 23** - Sinal de roer açaí.

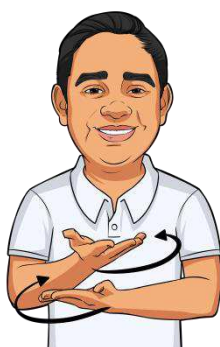


Figura 1



Figura 2



Figura: 3

**Fonte:** Dados da Pesquisa

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



### 8.13 SINAL DE SERVIR AÇAÍ.

**Servir Açaí** – Colocar o açaí pronto para o consumo na tigela.

As duas figuras seguintes são representações de classificadores, sendo esses realizadores: figura 1 representa o romper com os dentes o litro de açaí, ainda na sacola plástica e a figura 2 representação de colocar o açaí em uma tigela.

**Figura 24** - Sinal de servir açaí.



Figura 1



Figura 2

**Fonte:** Dados da Pesquisa

PARA ASSISTIR O VIDEO. APONTE  
A CAMERA PARA O QR-CODE



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de pesquisa, nos debruçamos sobre as vivências da comunidade surda do marajó, mediante a compreensão sobre a utilização da Língua de sinais Brasileira nas 17 cidades que a compõem. Partimos do princípio de que a Libras é uma língua de grande importância para a comunidade surda em todo o país, a qual sempre enfrentou e continua enfrentando muitas dificuldades para viver em sociedade, muitas vezes sendo excluídos de diversos círculos por conta de não conseguirem se comunicar utilizando o português brasileiro, por serem surdos e não dominá-lo, ou por não conseguirem utilizar a Libras com seus interlocutores ouvintes-falantes, pelo desconhecimento desses no tocante à língua dos surdos.

A Libras foi criada com o objetivo de facilitar a comunicação entre os surdos e entre surdos e ouvintes para que a comunidade surda pudesse ser incluída na sociedade. Porém, evidentemente, ainda é necessário que a Libras seja mais conhecida e utilizada, em todos os ambientes, para que o surdo possa ser atendido em todas as suas necessidades, como, por exemplo, na escola, nos órgãos públicos e para viver em sua própria comunidade.

Para que a inclusão do surdo aconteça por intermédio da Libras, também se deve contemplar as especificidades dos indivíduos em diferentes partes do Brasil, que compreendem fatores sociais, como a idade, a região de origem, o gênero, a etnia e a classe social. Nesse aspecto, a contribuição de nosso estudo vai ao encontro das especificidades da Ilha de Marajó, cuja amplitude de sua riqueza cultural está intimamente ligada à diversidade de modos de vida nesse lugar, que muda de acordo com a localidade. Por exemplo, em algumas localidades, a população vive à margem dos rios e são chamados de ribeirinhos, em outros casos, vivem em pequenas ilhas e, em virtude disso, são chamadas de povos das águas; em outras regiões, ainda no marajó, temos o povo que vive no campo e nas florestas. Também vivem à beira das estradas e dos igarapés. Portanto, mesmo dentro de um mesmo território é público e notório que a população vive de formas muito variados. Os diferentes modos de vida citados também dizem respeito aos meios de transporte, assim como à riqueza da linguagem, foco deste estudo.

Na Ilha de Marajó, temos uma ampla gama de frutas que podem ser encontradas em diversas regiões, dentre essas está o açaí, que possui uma grande importância para todo o arquipélago. Tanto em termos culturais, nutricionais e

econômicos, o açaí é consumido e tido como um alimento essencial na mesa da população. Nesse sentido, a construção de um vocabulário em língua de sinais para essa fruta em específico vem a reforçar a importância visceral desse item cultural para a população marajoara. Com essa temática, selecionamos os vocábulos utilizados com frequência na região marajoara com relação ao açaí, quais sejam: açaí, açaizal, açaí azedo, açaí branco, açaí fino, açaí grosso, apanhar açaí, bateadeira de açaí, churamba/chula, debulhar açaí, peconheiro, roer açaí, servir açaí. Utilizando como instrumentos de pesquisa uma reunião com representantes da comunidade surda marajoara e a aplicação de um questionário via *Google Forms*, ficou decidida a criação dos sinais referentes ao contexto açaí, ainda inexistentes, os quais compuseram o vocabulário presente nesta Dissertação de Mestrado.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irlandé, O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, p. 175, 2012.
- BALIEIRO, Fabricio Martins Balieiro. Qual o sinal? a ilha do marajó em língua de sinais brasileira – LSB. In: SOARES, Eliane Pereira Machado (org.) **Descrição, Análise e Ensino de Línguas**. Rio Branco: Nepan Editora, 2023.
- BALIEIRO, Fabricio Martins Balieiro. **Educação de Surdos no meio rural: metodologias de ensino na escola Ivo Mainardi no município de Breves – Pa.**, Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Vale do Acaraú, Breves-Pa, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASÍLIO, Margarida. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto. 2013. Disponível em < <http://cabana-on.com/Ler/wp-content/uploads/2017/09/Formacao-e-Classes-de-Palavras-Margarida-Basilio.pdf>>. Acesso em 21 de fev. 2024.
- BERGENHOLTZ, H.; GOUWS, R. H. (2012). What is lexicography? *Lexikos*, 22, 31-42 (Afrilex-reeks/ series).
- BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée. In: LANE, H. E; PHILIP, F. **The deaf experience: classics in language and education**. Tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984. (Texto originalmente publicado em francês em 1840).
- BEZERRA, Valéria Saldanha; NERY, Marisa Vanessa da Silva; LOBATO, Márcia Simone Amaral. **O açaí como alimento e sua importância socioeconômica no Amapá**. Macapá: Embrapa Amapá, 2001.
- BORBA, Francisco da Silva. Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571/08**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.611-2011?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.611-2011?OpenDocument). Acesso em: 05 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei Federal nº 10.432**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.html). Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.845**, de 05 de março de 2004a. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm). Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010c. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.146**, de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 05 fev. de 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.191**, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 05 fev.2024.

BRASIL. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 05 fev.2024.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 05 fev.2024.

BRASIL. **Portaria nº 3. 284 de 07**, de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>. Acesso em: fev.2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 131**, de 1996. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1405>. Acesso em: 05 fev.2024.

BREVES. Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Câmara Municipal de Breves. 2015.

BREVES. Prefeitura Municipal de Breves, **Inauguração do novo Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallel Pinheiro Vasconcelos (CAEE)**. ASCOM PMB. 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://breves.pa.gov.br/prefeito-xarao-leao-inauguraprefeito-xarao-leao-entrega-o-novo-centro-de-atendimento->

educacional-especializado-hallef-pinheiro-vasconcelos-caee/#prettyPhoto. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha de oficialização da Língua Brasileira de Sinais**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. São Paulo, 2013. p. 276. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03122013-133156/pt-br.php>. Acesso em: 05 fev.2024.

CALZAVARA, B. B. G. **As possibilidades do açaizeiro no Estuário Amazônico**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PLANTAS DA FLORA AMAZÔNICA. Belém: FCAP, 1972.

CÂNDIDO, Antônio. J., RIBEIRO, A. R., OLIVEIRA, M. C. A História dos surdos pelo mundo. **Revista Portuguesa de Educação Contemporânea**, v.2, n. 2, p. 1-13, ago./dez. 2021.

CAPOVILLA, F. C. (2015). Nossa Língua Portuguesa: Como avaliar o grau de cifrabilidade de qualquer palavra falada e o grau de decifrabilidade de qualquer palavra escrita nas normas lusitana e brasileira. Em R. S. Pereira (Org.), *Abordagem Multidisciplinar da Aprendizagem* (pp. 481-503). Viseu, Portugal: Editora QualConsoante. ISBN: 978-989- 99420-0-4.

CAPOVILLA, F. C.; GRATON-SANTOS, L. E. (2013). Compreensão da fala: Relações entre audição e leitura OroFacial, elucidadas por fluxograma de processamento de informação AcusticoFonÊmica e OptoLalÊmica. Em F. C. Capovilla; W. D. Raphael; A. C. Mauricio (Orgs.), *Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*, 3a. edição, Volume 1: Sinais de A a H (3ª ed., Vol. 1, pp. 229-233). São Paulo, SP: Edusp. (ISBN: 978-85-314-1433-6).

CHAVES, Nilson. **Música Sabor Açaí**. In: Álbum Tempo Destino, Gravadora VISOM: Belém/PA, 1985.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHOI, Daniel. et al. *Libras: conhecimento além dos sinais*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CONSERVANCY, Merwin. **Palmeira Fato da Semana: Açaí: The Merwin Conservancy**, 2015.

COUTINHO, R. V. **A exploração do açaí como alternativa para o desenvolvimento econômico da Amazônia Legal: estudo de caso do Estado do Pará (1990-2010)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Roraima: Boa Vista, 2017.

DUARTE, Ana Beatriz da Silva. **Releitura histórica da educação de surdos no Brasil: 1961-1996**. 2009.

DURÃO, Adja B. A. B.; ANDRADE, Otávio Goes de. Seguindo as Pistas dos Desvios Léxico Semânticos Produzidos por Estudantes Brasileiros de Espanhol. In: **Por uma Lexicografia Bilingue Contrastiva**. Londrina: UEL, 2009. 23-43.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri; ANDRADE, Otávio Goes de(Org.). **Linguística Contrastiva**: Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. **La interlengua**. Madrid: Arco/Libros, 2007.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; BOLDO, Jaqueline; LOHN, Juliana Tasca; VIEIRA, Saulo Zulmar. **Design de verbete de substantivo para um dicionário bilíngue**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri; DURÃO, Aylton Barbieri; SASTRE RUANO, María Ángeles (org.). **(Meta)Lexicografia e Terminografia**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri/organizadora: **Vendo o dicionário com outros olhos**. Londrina: UEL, 2010.

ESPÍNDOLA, Amarildo João. **Varição Linguística na LIBRAS**: estudo de sinais de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras), Fundação Universidade Federal de Rondônia. 104 f. Porto Velho: UFRO, 2018.

FAULSTICH, Enilde. Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica. *Organon*. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 181-220, 2011.

GEDIEL, Ana Luisa. **Falar com as Mãos e Ouvir com os Olhos?** A corporificação dos Sinais e os significados dos corpos para os Surdos de Porto Alegre. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora34, 2003.

HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

IGREJA, Rosana do Socorro Corrêa da. **A Mediação da Leitura em Libras para as crianças surdas nas séries iniciais do Ensino Fundamental**: o caso do Instituto Felipe Smaldone. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém: UFPA, 2016.

INES. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Disponível em: Acesso em: 31 ago. 2023.

JUSTUS, Michéle Barreto. Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2. 2019.

LIMA, Marisa Dias. **Adequação do ensino do português como L2 nas crianças surdas**: um desafio a superar/enfrentar. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <https://2014.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/416/744.pdf> Acesso em: 25 out. 2016.

LOBATO, Huber Kline Guedes; BENTES, José Anchieta de Oliveira. Do (re)conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) à luta pela construção de uma política Linguística bilíngue em Breves-Pará. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-17, 2020.

LOBATO, Huber Kline Guedes. A História da Educação Especial na Cidade de Breves: resgate de memórias. 2010. 44 f. Monografia (Especialização em Educação Especial), Faculdade de Educação Montenegro, Breves, 2010.

LOBATO, Huber Kline Guedes. Representações Sociais de professoras a respeito do Atendimento Educacional Especializado para alunos Surdos. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém – Pará, 2015.

LOBATO, Huber Kline Guedes. A Educação Especial em Breves – Pará: de 1985 a 2018 São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 81p

LOPES, Nathália. **Palmito**: O que é, tipos, benefícios e como consumir. Vitat. 07 de janeiro de 2020.

MARTINS, A.C. Lexicografia, Metalexicografia e Natureza Iconicidade da Língua de Sinais Brasileira. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2017.

MESERLIAN, Kátia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE)**. 2009.

MOURÃO, L. História e natureza: Do açaí ao palmito. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 74-96, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rt-f.v3i2.69>. Acesso em: 24 set. 2023.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Um pouco mais da história da educação dos surdos, segundo Ferdinand Berthier. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 255-265, 2006.

NOGUEIRA, O. L. **A cultura do açaí**. Belém: Embrapa–SPI/CPAF Amazônia Oriental, 1995.

OLIVEIRA, Angela L. A escrita do sujeito surdo: reflexos da oralidade em “sinais”. In: **VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional de Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2019. p. 588-604. Disponível em:

<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8185/7853>. Acesso em: 05 fev.2024.

PEIXOTO, Janaína Aguiar. **O conceito de sagrado em surdos congênitos**: um estudo na língua brasileira de sinais. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PORTO DAPENA, Jose Alvaro. Manual de técnica lexicográfica. Madrid: Arco/Libros, 2002.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a11v1235.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

RIBEIRO FILHO, V. Novas centralidades em Manaus. In: OLIVEIRA, J. A. (org.). **Espaços urbanos na Amazônia**: visões geográficas. Manaus: Valer, 2011.

RIBEIRO, Fabrício Ribeiro. **História e memória**: uma história dos trabalhadores do açaí. Macapá, 2014. Disponível em: [http://snh2011.anpuh.org/resources/download/1424297735\\_ARQUIVO\\_FabricioRibeiro.pdf](http://snh2011.anpuh.org/resources/download/1424297735_ARQUIVO_FabricioRibeiro.pdf). Acesso em: 15 mai. 2023.

RODRIGUES, Júlia Martins Bárbara; CORREA, Cintia Resende. A educação para surdos. In: JUSTUS, Michéle Barreto. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**: Caminhos para a Inclusão 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 53-60. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/25897> Acesso em: 24 set. 2023.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma Viagem ao Mundo dos Surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Deybson Adriano Patrício da. **Açaí**: expansão comercial e cadeia produtiva. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará,, 2017. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1399>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SILVA, Kleber Aparecido; GUEDES, Sônia Margarida Ribeiro; DIAS, Tatiana Rosa Nogueira. Educação bilíngue para surdos no Brasil: reflexões críticas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 295-315, 2021.

SILVA, Mayra Lopes da. **Inclusão Social: As Ações do Movimento Pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**2019

SILVA, Otto Marques. A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. In: CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: A Realidade Brasileira Cria, Recupera e Discrimina.** Brasília: MEC/Secretaria dos Desportos, 1991.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de; DALCIN, Gladis. **Estudos surdos.** v. 1. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SILVA, Leoni Timm da; DALLA VECCHIA, Adriana. UMA ANÁLISE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO DIA A DIA DA SALA DE AULA. Revista Desempenho, [S. I.], v. 1, n. 26, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/view/9336>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SOFIATO, C. G; REILY, L. Dicionários e manuais de língua de sinais: Análise crítica de imagens. In: LACERDA, C.B.F., SANTOS, L. F. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos, SP: Edufscar, 2018. p. 149 –p. 161.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Licenciatura em Letras - LIBRAS na modalidade à distância. Disciplina: História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, Karin. **Surdos:** vestígios não registrados na história. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis: UFSC, 2008.

VILELA, Mario. Estudos de lexicologia do português. Coimbra: Almedina, 1994.

WELKER, H. A. Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

Xavier, André Nogueira. 2022. A fonética das línguas sinalizadas. In: Verbetes LBASS. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/lbass>. Acesso em: 29 fev. 2024.